



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Práticas Educativas Parentais e a Agressividade no Adolescente:  
Que relação?

Carla Cristina de Jesus Magalhães Pinto

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores

Orientadora:

Doutora Joana Alexandre, Professora Auxiliar

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2012

## Dedicatórias

*Aos meus pais que foram um exemplo de vida...*

*Aos meus filhos Luis e Calu que são uns adolescentes de que me orgulho...*

*Ao Pedro pela sua paciência...*

## Agradecimentos

Reconheço e agradeço todo o apoio e dedicação prestados pela Professora Joana Alexandre que, com o seu elevado nível de exigência e rigor permitiram a elaboração da presente dissertação, bem como permitiu a minha evolução pessoal e técnica.

Agradeço ainda à Câmara Municipal da Maia com o seu projecto municipal “Novos Laços”, especialmente à sua coordenadora Dra. Teresa Frade que, sem a sua boa vontade a realização desta dissertação não teria sido possível.

Por último queria agradecer ao Agrupamento de Escolas de Cinfães, especialmente à Assistente Social Dra. Catarina Perdigão.

## Resumo

A presente investigação pretendeu analisar as práticas parentais de ambos os progenitores, a agressividade nos adolescentes de ambos os sexos e em função da área de residência, bem como relação entre as práticas educativas parentais e os comportamentos agressivos destes últimos. Deste modo, foram aplicados o *Agression Questionnaire* (A.Q.; Buss & Perry, 1992; adaptação portuguesa de Simões, 1993) e o Inventário de Práticas Educativas (IPE; Machado, Gonçalves & Matos, 2007), a uma amostra de adolescentes portugueses (N = 109) e seus progenitores (N = 109), respectivamente, residentes no interior/rural e no litoral/urbano do país. Em termos gerais, verifica-se não existirem diferenças significativas nas práticas parentais de ambos os progenitores. No que diz respeito aos adolescentes, são os rapazes que vivem no interior/rural que manifestam maior agressividade (agressividade física e raiva), quando comparados com os do litoral; comparando os adolescentes do litoral, são as raparigas que expressam maior agressividade verbal. Ainda, os resultados indicam que existe uma correlação negativa entre práticas parentais adequadas, nomeadamente dos pais, e a agressividade nos adolescentes (no subtipo hostilidade), e uma correlação positiva entre maus tratos físicos e comportamentos potencialmente maltratantes, de ambos os progenitores, e o comportamento agressivo dos adolescentes (ex, agressividade física e raiva). Finalmente, comportamentos maltratantes das mães estão relacionados com uma maior agressividade nos rapazes (ex., agressividade física, raiva e hostilidade) e não nas raparigas. Os resultados serão analisados e discutidos com base nas abordagens teóricas descritas no enquadramento teórico.

Palavras-chave: Práticas Educativas Parentais, Agressividade, Adolescência, Parentalidade.

PsycINFO Classification Categories and Codes: 2800 Developmental psychology; 2950 Marriage & Family.

## Abstract

This research intends to analyze the influence of parental practices on adolescent aggressiveness in both genders, and according to their residential area, as well as the connection between parental practices and the subject's aggressive behaviour. So, the Aggression Questionnaire (A.Q.; Buss & Perry, 1992; Portuguese adaptation by Simões, 1993) and the *Inventário de Práticas Educativas* (IPE; Machado, Gonçalves & Matos, 2007), were applied to a sample of Portuguese adolescents (N = 109) and their respective parents (N = 109), all residents of the country's inland/rural and coastline/Urban territories. In general terms, it was verified that there weren't any significant differences in the parental practices of either the mother or the father. Regarding adolescents, the boys who live in the inland territories manifest higher aggressiveness (physical aggression and rage), when we compare them with same group that lives in the coastline. By comparing the adolescents that live in the coastline, we also found that the girls display a higher verbal aggressiveness than the boys. Even so, the results indicate that there is a negative correlation between good parenting practices, namely on the father's side, and adolescent aggressiveness (hostility subtype), as well as a positive correlation between physical maltreatment and potentially abusive behaviour (from both parent's sides) and adolescent aggressive behaviour (ex, physical aggression and rage). In closing, the mother's abusive behaviour is connected to higher aggressiveness in boys (ex, physical aggression, rage and hostility), but not in girls. The results will be analyzed and discussed based on the theoretical approaches detailed in the theoretical framework.

Key words: Parental Practices, Aggression, Adolescent, Parenthood.

PsycINFO Classification Categories and Codes: 2800 Developmental psychology; 2950 Marriage & Family

## Índice

Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico .....	2
1.1 <i>O conceito de família</i> .....	2
1.1.1 <i>Família como Sistema</i> .....	3
1.1.2 <i>Família como Modelo Bioecológico</i> .....	4
2. Parentalidade, Estilos e Práticas Educativas Parentais.....	7
2.1 <i>O conceito de parentalidade</i> .....	7
2.2 <i>Estilos e Práticas Parentais</i> .....	8
2.2.1 <i>Parentalidade Autoritária</i> .....	10
2.2.2 <i>Parentalidade Autoritativa/Democrática</i> .....	10
2.2.3 <i>Parentalidade Permissiva-Indulgente e permissiva-indiferente</i> .....	11
2.3 <i>Práticas Educativas Parentais em função do estatuto socioeconómico familiar e da área de residência</i> .....	11
2.4 <i>Práticas Educativas Parentais em função do género</i> .....	12
2.5 <i>Parentalidade e suas implicações no desenvolvimento da criança/adolescente</i> .....	14
3. Adolescência .....	17
4. Agressividade .....	18
5. Objectivos.....	21
6. Método .....	22
6.1 <i>Participantes</i> .....	22
6.2 <i>Instrumentos</i> .....	22
6.3 <i>Procedimento</i> .....	24
7. Resultados .....	25
8. Discussão.....	32
Referências .....	36
Anexos.....	51

## Índice de Figuras

Figura 1.1. Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (adaptado de Bronfenbrenner, 1979, 2002).	5
Figura 2.1. O Modelo Integrativo de Darling e Steinberg (adaptado de Darling & Steinberg, 1993).	9
Figura 7.1. Agressividade física do adolescente em função do sexo e da área de residência.	25
Figura 7.2. Agressividade Verbal do adolescente em função do sexo e da área de residência.	26
Figura 7.3. Raiva do adolescente em função do sexo e da área de residência.	27

## Índice de Tabelas

Tabela 7.1. Práticas parentais em função dos progenitores e em função da área de residência (Médias e desvios-padrão).	28
Tabela 7.2. Práticas parentais em função dos subtipos de agressividade.	29

## Índice de Anexos

Declaração de Consentimento Informado (Adolescentes).	52
Declaração de Consentimento Informado (Mãe/Pai).	53
Declaração de Consentimento Informado (Responsável legal pelo menor).	54

## Glossário de Siglas

A.Q. – *Agression Questionnaire* (Questionário de Agressividade);

I.P.E. – Inventário de Práticas Educativas;

I.P.V. – *InterParental Violence* (Violência Interparental);

S.P.S.S. – Statistical Package for the Social Sciences (Pacote Estatístico para as Ciências Sociais).

## Introdução

O interesse pelo estudo da agressividade nos adolescentes tem originado, ao longo dos últimos anos, a emergência de várias abordagens teóricas que procuram encontrar explicações para a ocorrência deste problema. Apesar da compreensão deste fenómeno poder ser abordada de diferentes formas, no presente trabalho optou-se por analisá-lo de uma forma microsistémica ao pretendermos averiguar a relação entre as práticas educativas parentais no comportamento agressivo dos adolescentes (Bronfenbrenner, 2002).

O presente trabalho dá principal destaque ao conceito de família, e aos pressupostos do modelo sistémico-ecológico (Bertalanffy, 1968; Bronfenbrenner, 1979), ao considerá-lo um sistema definido por regras e fronteiras e inserido e influenciado por outros sistemas envolventes. Este sistema exerce influência nos comportamentos dos adolescentes, nomeadamente através das práticas educativas que os pais/cuidadores utilizam na sua educação. Estas estratégias educacionais serão abordadas e explicadas na parte do Enquadramento Teórico, com destaque para a relação que estas têm com a agressividade nos adolescentes.

Face ao exposto, na primeira parte do presente trabalho será feita uma revisão de literatura, onde se apresentam algumas definições conceptuais, tais como o de família, parentalidade, estilos e práticas educativas parentais, adolescência e agressividade na adolescência.

A segunda parte do presente trabalho descreve o estudo empírico que realizámos, fazendo-se referência ao método, seguindo-se a apresentação dos resultados e a sua consequente discussão.

Finalmente, serão apresentadas as principais conclusões e limitações deste estudo, bem como algumas reflexões em torno de linhas de investigação futura.

## 1. Enquadramento Teórico

### 1.1 O conceito de família

A família é uma das bases da sociedade em geral, representa o primeiro e mais influenciador ambiente de socialização (Cruz, 2005), os seus elementos partilham um contexto social de pertença e é neste que os vários elementos constroem a sua identidade (Castilho, 2003).

O conceito de família tem sido descrito de forma distinta ao longo dos tempos; Eichler (1997, citado por Covell & Howe, 2009) descreveu três modelos familiares: modelo patriarcal, modelo de responsabilidade individual e o modelo de responsabilidade social. O modelo patriarcal, o mais comum até ao início da II Guerra Mundial, apresenta a família como um círculo fechado às influências exteriores (e.g. governamentais) e onde o pai assume um papel de líder dominante. O modelo de responsabilidade individual, que emerge no ocaso da II Guerra Mundial, já apresenta papéis mais igualitários para homens e mulheres e admite a interferência do governo na vida familiar através de políticas protectoras dos direitos dos membros da família. Quanto ao modelo da responsabilidade social, que surge pelos anos 60, este identifica a família como uma base importante da estrutura social, e como tal, deve ser protegida e regulada por leis, mantendo a noção de igualdade dos géneros presente no modelo anterior.

Mais recentemente, a ideia tradicional de uma família (pai, mãe e filhos) já não é vista de forma consensual, devido à multiplicidade de formas alternativas familiares que proliferam no mundo (Gameiro, 1998; Petzold, 1996; Rapoport, Rapoport, & Strellitz, 1976). As diferentes configurações das famílias, agora alargadas, incluem conceitos como famílias monoparentais, reconstituídas e homossexuais, e devem-se às influências das mudanças nos sistemas que regem a sociedade (Segalen, 2000).

Apesar das suas várias definições, em termos gerais, o conceito de família refere-se ao grau e natureza de parentesco entre indivíduos, podendo existir três graus de proximidade: consanguíneo, de aliança e de filiação (Sarti, 2005). A família pode ser alvo de mudanças devido a eventos como mortes, divórcios e novos casamentos (Berenstein, 1988).

### 1.1.1 Família como Sistema

A Teoria dos Sistemas, inicialmente idealizada por Bertalanffy (1968), considera a família como um sistema aberto, descrevendo-se como um grupo de elementos que ao longo do tempo interagem uns com os outros formando, assim, um sistema estável tanto para o funcionamento mútuo como para o individual. De acordo com esta teoria, a família consiste em vários sistemas interligados, que abrangem o sujeito, a sua família e o ambiente desta. A família é aqui vista como um sistema que se auto-adapta às mudanças do seu contexto e que organiza o modo como os seus membros interagem entre si (Mann, 1996; Minuchin, 1990). Por outras palavras, a família, como sistema aberto, apresenta características sistémicas definindo-se através de três conceitos: *Totalidade* (interdependência e a inter-relação dos comportamentos de todos os elementos da família), *Feedback* (o sistema reage à informação do ambiente ou dos elementos com o aumento ou a inibição de padrões, assegurando, assim, a sua própria continuidade) e *Equifinalidade* (de estímulos ou pontos de partida diferentes podem atingir as mesmas consequências ou metas).

Um dos modelos mais utilizados para o estudo do sistema familiar é o modelo Circumplexo do Sistema Conjugal e Familiar de Olson (2000), que se centra em três dimensões: a coesão, a adaptabilidade, e a comunicação. O autor define a coesão como a conexão emocional entre os membros familiares, a adaptabilidade como a flexibilidade da estrutura familiar para se adaptar a novas circunstâncias, e a comunicação como uma facilitadora das duas anteriores dimensões (Olson & Gorall, 2003). Segundo este modelo, as famílias com melhores níveis de coesão e de adaptabilidade, terão maiores probabilidades de serem mais equilibradas, mostrando-se mais capazes de responder adequadamente às mudanças decorrentes do ciclo vital familiar.

Dentro desta abordagem, a dinâmica familiar emerge das interações entre os vários papéis desempenhados por cada elemento, sendo cada um destes, único e complementar dos restantes (Castilho, 2003). Qualquer sistema possui fronteiras que definem os seus limites, podendo ser mais ou menos permeáveis ao exterior. Por exemplo, as famílias problemáticas têm limites pouco rigorosos, com fronteiras mal definidas ou excessivamente permeáveis, isto significa que a entrada de influências do exterior é mais fácil e potencialmente mais poderosa (Minuchin, 1990).

A percepção das características da fronteira é importante para a compreensão do funcionamento do sistema, pois algumas famílias têm fronteiras rígidas, tornando impossível a influência exterior, enquanto outras, são demasiado permeáveis, podendo ser muito influenciáveis. Por exemplo, numa família emaranhada (centrada nos seus próprios membros) as fronteiras são difusas e com falta de permeabilidade com o exterior, enquanto que numa família desmembrada (centrada na individualidade) as fronteiras de protecção para com o exterior são muito reduzidas (Alarcão, 2002). O ideal será um intermédio entre ambas (Barker, 1998). Para além das fronteiras, existe ainda um conjunto de regras que regula os papéis que cada um tem, os códigos de conduta, bem como a interacção permitida com os restantes sistemas (Alarcão, 2002).

### 1.1.2 Família como Modelo Bioecológico

Bronfenbrenner (1979, 2002) refere a família como o principal contexto onde ocorre o desenvolvimento humano. É na família que a criança estabelece os primeiros vínculos de confiança através de crescentes interacções. O bem-estar da criança é assegurado por esta, a qual deve garantir protecção, troca de afectos, o estabelecimento de inter-relações e a partilha de actividades que possibilite a alternância de poderes, em interesse do desenvolvimento da criança.

Bronfenbrenner (2002) defende, ainda, que o desenvolvimento do indivíduo consiste num processo de interacção bidireccional que é estabelecido entre as características da pessoa e do seu contexto. Como tal, o indivíduo compreende os contextos e as suas interacções, e o papel fundamental do ambiente no desenvolvimento do indivíduo é a percepção que este tem sobre o que o rodeia. O ambiente inclui tudo o que é exterior ao organismo, tal como professores, família, normas sociais e instituições.

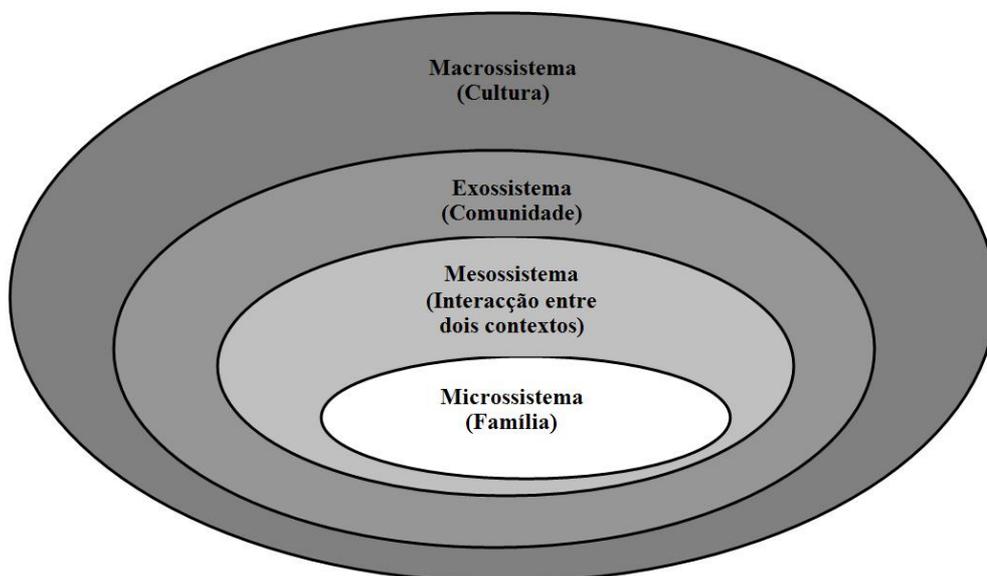
De acordo com Bronfenbrenner (1979, 1999), a família é o primeiro ambiente no qual a criança tem participação activa. As interacções começam nas suas formas mais básicas (e.g. relação da mãe com a criança), mas aos poucos, expandem-se dentro do grupo familiar, formando vários subsistemas (e.g. relação entre irmãos). A família directa é assim considerada o *microsistema*, representando o foco nuclear de apoio e protecção para a criança, que lhe permite desenvolver sentidos de permanência e de estabilidade, através de rotinas e rituais familiares. O autor refere três características das relações dentro da família: reciprocidade, equilíbrio de poder e afecto. Essencialmente, as pessoas influenciam-se

mutuamente, sendo que a força da influência é determinada pelo equilíbrio de poder vigente. Característica particularmente importante para o desenvolvimento da criança é o afecto, pois quanto mais positivas forem as interacções familiares, melhores serão as hipóteses de processos evolutivos adequados e adaptados por parte da criança (Bronfenbrenner, 1979, 1999)

A Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1979), mais tarde reformulada por Bronfenbrenner e Morris (1998) como Modelo Bioecológico, é uma abordagem que refere o desenvolvimento do indivíduo apoiado nos seguintes níveis dimensionais e interrelacionados: a pessoa, o processo, o contexto e o tempo. Esta estratégia teórico-metodológica permite que as investigações abordem as interacções entre os variados ambientes, e não apenas as interacções entre os indivíduos e os seus ambientes mais próximos (Paludo & Koller, 2007).

Esta é uma abordagem que privilegia os aspectos positivos das relações e do desenvolvimento do indivíduo. Segundo o autor, o ambiente ecológico idealiza-se como um conjunto de estruturas que se encaixam entre si (Bronfenbrenner, 1979). Essas estruturas são descritas como microssistema (familiar), mesossistema (relação entre dois ou mais microssistemas), exossistema (comunidade) e macrosistema (cultura) sendo consideradas como dinâmicas e interdependentes. Este modelo analisa a influência dos diferentes contextos onde o indivíduo se encontra integrado, e como esses contextos o afectam isoladamente e também como um conjunto de sistemas (Figura 1.1.).

*Figura 1.1. Modelo Ecológico de Bronfenbrenner (adaptado de Bronfenbrenner, 1979, 2002)*



O microsistema surge como o sistema que mais pode influenciar o indivíduo, pois é neste contexto que ocorre o desempenho de maior número de papéis e de actividades, e onde se estabelecem relações interpessoais face-a-face pela pessoa em desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979, 2002). É no contexto dos microsistemas que operam os processos proximais.

O mesossistema compreende as interrelações e processos que acontecem entre dois ou mais ambientes que contêm a pessoa em desenvolvimento a participar no contexto de forma activa. Os elementos do ambiente, como a natureza e as funções das actividades escolares; as estruturas interpessoais como contextos do desenvolvimento humano e os papéis são os mesmos do microsistema. Evidencia-se, nomeadamente, a importância das interacções família e escola. O envolvimento dos pais nas actividades escolares tem sido descrito na literatura como um factor de melhoria de sucesso escolar (Henderson & Mapp, 2002).

Por sua vez, o exossistema é uma estrutura caracterizada por um ou mais ambientes que não envolvem a pessoa como participante activo, mas os acontecimentos que ocorrem nestes contextos têm influência no indivíduo. Bronfenbrenner (1999) afirma que qualquer instituição social que tome decisões que possam afectar as condições da família pode ser considerado um exossistema.

Por último, o macrosistema, é representativo do contexto cultural em que o indivíduo, a família e a comunidade se encontram inseridos, podendo estes sistemas de crenças, de valores e de aprendizagens. Definido por Bronfenbrenner (2002) como o sistema mais externo, e contendor de todos os outros, este inclui um conjunto de valores influenciadores de todas as outras estruturas, pois estas são sensíveis aos princípios que regem uma cultura. É dentro do macrosistema que pais e professores são incluídos como agentes de socialização, e as estruturas educacionais de cada país vão referenciando e apoiando os problemas dos jovens. Apesar da relevância dos diferentes sistemas, releva-se, no presente trabalho, o microsistema familiar; tal como refere Bronfenbrenner (2002), a família é o sistema mais importante no processo de desenvolvimento da criança/adolescente. É no âmbito do microsistema familiar que enquadrámos um dos tópicos do presente trabalho e que é fundamental para a compreensão dos comportamentos dos adolescentes: a parentalidade e mais especificamente os estilos e práticas parentais.

## 2. Parentalidade, Estilos e Práticas Educativas Parentais

### 2.1 O conceito de parentalidade

A parentalidade pode ser entendida como o “conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e fora dela, na comunidade” (Cruz, 2005, p.13).

Como tal, o conceito de parentalidade é vasto e sujeito a inúmeras interpretações dependentes do contexto sociocultural. Por exemplo, Chao (1994, citado por Lyster & Okagaki, 2005), num estudo sobre as ideias sobre parentalidade de mães chinesas e de mães de países ocidentais, observou que, embora ambas possuam uma ideia-base similar (a de que ser um bom progenitor implica ajudar o desenvolvimento da criança), as práticas utilizadas acabam por ser diferentes, pois as mães chinesas favorecem uma parentalidade mais rígida e interventiva do que as mães ocidentais, mais adeptas a práticas mais democráticas. Outras culturas, tais como as nativo-americanas apresentam sobretudo uma parentalidade comunitária, onde a maioria dos membros da tribo possuem responsabilidades na criação e protecção das crianças até que estas sejam autónomas (Okagaki & Bingham, 2005).

A literatura aponta para o facto de quando alguém se torna pai, que as suas ideias de parentalidade são derivadas essencialmente das suas próprias experiências com os seus próprios pais (Cruz, 2005; Weinfield, Sroufe, & Egeland, 2000). Tal como proposto por Belsky (2005), existem vários factores passíveis de afectar a parentalidade. O stress derivado de tensões maritais, por exemplo, pode levar a falta de disponibilidade (física e emocional) para assumir o papel de pais, o que poderá afectar, negativamente, a relação com os filhos. Dentro do modelo ecológico de Bronfenbrenner (2002) a harmonia marital aparece como um factor de influência na parentalidade, pois pais mais satisfeitos com a sua relação tendem a ter atitudes mais positivas quanto à execução dos seus deveres parentais.

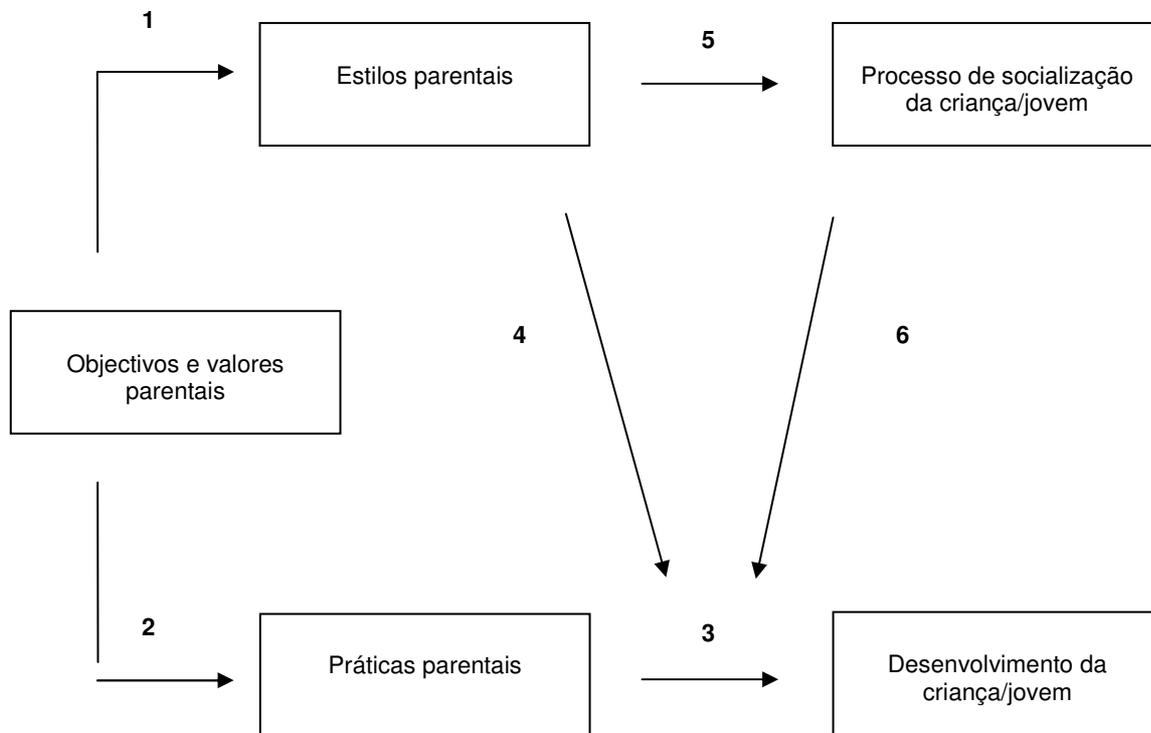
Outros investigadores salientam que a parentalidade pode ser influenciada por características das próprias crianças, nomeadamente o sexo e características de personalidade da criança (Karraker & Coleman, 2005), e por outras variáveis do contexto tais como a sua idade, o número de irmãos e ainda outros factores familiares e extrafamiliares (Oliveira, 1994).

## 2.2 Estilos e Práticas Parentais

No âmbito das questões da parentalidade existem dois aspectos que têm sido muito estudados: os estilos e as práticas parentais. Para Darling e Steinberg (1993), um estilo parental, na sua definição, representa o contexto no qual os pais tentam socializar os seus filhos, de acordo com as suas crenças e valores. Os estilos representam o “conjunto de atitudes que são comunicadas à criança/jovem e que, todas juntas, criam um clima emocional, no qual os pais actuam de determinada forma” (Darling & Steinberg, 1993, p. 488). As práticas educativas (parentais), por seu lado, dizem respeito aos “comportamentos, com objectivo específico, através dos quais os pais expressam os seus deveres parentais” (Darling & Steinberg, 1993, p. 488). Ainda, segundo alguns autores (Hart, Nelson, Robinson, Olsen, & McNeilly-Choque, 1998) estas podem ser definidas como estratégias (e.g. castigos e recompensas) empregues pelos pais de modo a orientar os filhos na direcção de determinado propósito (e.g. adaptação social, êxitos académicos).

Mais concretamente, a Figura 2.1. resume o modelo integrativo dos autores referidos anteriormente, o qual pressupõe que os atributos/características parentais, influenciados pelos objectivos de socialização, possam ser de dois tipos: estilos parentais e práticas parentais (1 e 2). Através destas características parentais, os pais actuam como agentes socializadores relativamente às crianças (e.g., competências académicas das crianças, a sua curiosidade, pensamento crítico, capacidade para experienciar emoções, etc.) (3 e 5). E o processo de socialização, por sua vez, irá influenciar todo o processo de desenvolvimento da criança (6). De acordo com este modelo, os estilos parentais são expressos, parcialmente, através das práticas parentais (4), visto que estas representam alguns comportamentos a partir dos quais as crianças inferem as atitudes emocionais dos seus pais.

Figura 2.1. O Modelo Integrativo de Darling e Steinberg (adaptado de Darling & Steinberg, 1993)



No que diz respeito aos estilos parentais, foi o trabalho de Baumrind (1967) que abriu o caminho para o seu estudo, ao integrar os componentes comportamentais e afectivos utilizados na educação das crianças. Segundo a autora, existem três estilos parentais: autoritativo, autoritário ou permissivo. Investigações posteriores, nomeadamente com Maccoby e Martin (1983), defendem a existência de duas dimensões fundamentais da parentalidade – a exigência e a responsividade. Estes autores identificaram, assim, não três, mas quatro estilos de parentalidade: autoritativo, autoritário, permissivo-indulgente, e ainda permissivo-indiferente.

De modo a obter uma melhor compreensão do tema, descrevemos de seguida e de forma mais específica os diferentes estilos parentais.

### 2.2.1 Parentalidade Autoritária

O estilo autoritário parte do pressuposto de que os filhos devem seguir obedientemente todas as regras estabelecidas pelos seus pais, sendo que qualquer infracção resultará num castigo. Os pais autoritários não têm necessidade de explicar as razões para a existência das regras, sendo, assim, orientados pela obediência e pelo estatuto que esta lhes confere, tendo a expectativa de que as suas ordens sejam seguidas sem objecções e explicações (Baumrind, 1989).

Pais autoritários valorizam o respeito pela autoridade e pela ordem, as suas medidas para obter obediência são punitivas e não encorajam a troca de opiniões com os seus filhos. Caracterizam-se, ainda, por serem pais que fazem muitas exigências aos filhos, mas restringem a sua autonomia não fomentando a comunicação, uma vez que pensam que estes devem aceitar o ponto de vista dos pais sem os questionarem, mantendo, assim, claro que estão numa posição distinta da dos filhos (Baumrind, 1966, 1967).

Alguns estudos têm-se debruçado sobre o peso da cultura na análise das práticas educativas. Por exemplo, em 1990, Fontaine efectuou um estudo em Portugal relativo ao efeito das práticas parentais, tendo encontrado evidências de que as práticas educativas autoritárias não eram tão mal vistas em Portugal como em outros países, como os EUA.

Em suma, apontam-se como principais características deste estilo as exigências excessivas, a supressão de conflito, a monopolização do poder de decisão e a valorização excessiva das regras e das normas.

### 2.2.2. Parentalidade Autoritativa/Democrática

Tal como com os pais autoritários, os pais que apresentam um estilo autoritativo estabelecem regras para as crianças. No entanto, este estilo difere pois é mais democrático, ou seja, os pais respondem, também, às dúvidas dos seus filhos, são assertivos e possuem métodos disciplinares mais pedagógicos do que punitivos (Baumrind, 1991).

Estes pais encorajam, assim, a troca de ideias e partilham a razão de ser das directivas e, quando a criança se recusa a obedecer, solicitam que a criança lhe explique a razão do seu não conformismo (Baumrind, 1966, 1968). Este estilo favorece a internalização das normas parentais, tendo em conta que a interacção verbal é encorajada e os pais explicam as razões inerentes às regras e decisões.

Em suma, apontam-se como principais características dos pais autoritativos a exigência e o fornecimento de autonomia em níveis intermédios, a estimulação da comunicação verbal, o uso do poder não pela punição, estabelecendo fronteiras claras nos vários domínios em que podem conceder autonomia.

### 2.2.3. Parentalidade Permissiva-Indulgente e permissiva-indiferente

Pais permissivos-indulgentes, exigem muito pouco dos seus filhos e raramente os disciplinam. As principais características deste estilo são a ausência de normas e regras; a elevada tolerância e aceitação dos impulsos das crianças; o fornecimento excessivo de ajuda e de padrões irrealisticamente baixos; a pouca estimulação da criança (o que faz com que esta não desenvolva capacidades que lhe permitam funcionar de forma eficaz); Estes pais crêem na auto-regulação e evitam os conflitos com as crianças sendo, simultaneamente, bastante comunicativos com os filhos (Maccoby & Martin, 1983).

Ao contrário do estilo parental anterior, o estilo permissivo-indiferente caracterizam-se por baixas exigências, pouca interação e comunicação. Estes pais asseguram as necessidades básicas das crianças, mas participam pouco na sua vida.

## 2.3. Práticas Educativas Parentais em função do estatuto socioeconómico familiar e da área de residência

Existe um grande leque de estudos que se tem debruçado sobre o estudo das práticas e estilos parentais em função do nível socioeconómico das famílias e do contexto onde esta se insere/à qual pertence, no entanto os dados não parecem ser conclusivos. Ferreira e Marturano (2002), por exemplo, num dos seus estudos determinaram que crianças com níveis socioeconómicos mais baixos estão menos expostas a factores promotores do seu desenvolvimento individual. Mais concretamente, crianças pertencentes a classes sociais baixas, ou expostas a situações de pobreza, parecem estar sujeitas a práticas educativas distintas das crianças de classes mais altas, sendo estas últimas tendencialmente mais positivas (e.g. Ceconello, De Antoni, & Koller, 2003; Cruz, 2005; Feinberg, 2003; Hoff, Laursen, & Tardif, 2002). Bronfenbrenner (1999), por exemplo, refere que pais de classe social média/alta são mais responsivos, enquanto que os de classes mais baixas são mais coercivos. As fracas condições socioeconómicas são ainda apontadas como favorecedoras de

práticas educativas mais coercivas, como uma forma dos pais obterem o controlo que não possuem sobre o resto das suas vidas (e.g., Dell' Aglio, Koller, & Yunes, 2006), e mais violentas, passíveis de causar danos para o desenvolvimento das crianças (Bernard-Peyron & Allès- Jardel, 2002; Black & Krishnakumar, 1998; McLoyd, 1990, 1998). Bouchard (1988), no entanto, relembra que apesar de serem a maioria, as famílias nesta situação nem sempre adoptam estes métodos educativos, pois existem sempre famílias de baixa condição socioeconómica que optam por práticas educativas mais democráticas e benéficas para o desenvolvimento dos seus filhos.

Apesar de em menor número, alguns estudos e nomeadamente no contexto Português (e.g., Fontaine, 1992) mostram diferenças nas práticas em função da zona de residência das mães. Fontaine considerou que a área de residência e o estatuto socioeconómico estão ligadas com as práticas educativas parentais, verificou no seu estudo que as praticas mais adequadas estão mais associadas a mães da área urbana dos estratos socioeconómicos mais elevados. Dada a escassez de estudos, em nosso entender, esta é ainda uma questão que merece ser mais explorada e considerando não apenas as práticas das mães, mas também dos pais.

#### 2.4. Práticas Educativas Parentais em função do género

Alguns estudos têm mostrado que existem diferenças entre as práticas educativas parentais de pais e mães, sendo que as mães possuem mais tendência para serem autoritativas, enquanto os pais são mais propensos a práticas educativas autoritárias (e.g., Milevsky, Schlechter, Netter, & Keehn, 2006; Newman, Harrison, Dashiff, & Davies, 2008; Simons, & Conger, 2007; Wagner, Predebon, Mossmann, & Verza, 2005; Webber, Viezzer, & Brandenburg, 2003; Winsler, Madigan, & Aquilino, 2005). Na base destas diferenças está, segundo alguns autores (e.g., Murphy, 1992, citado por Cruz, 2005) diferentes experiências de vida de ambos. Outros autores consideram, no entanto, que, as práticas de pais e mães são geralmente similares (e.g., Pacheco, Silveira, & Schneider, 2008), demonstrando uma predominância pelo estilo autoritativo (e.g., Elias & Yee, 2009). Factores como o stress conjugal levam a reacções diferentes para pais e mães nos estudos de Vondra e Belsky (1993). Estes autores determinaram nos seus estudos que na eventualidade de deterioração da qualidade da relação marital, que os pais tendem a assumir comportamentos mais controladores e intrusivos com os seus filhos, enquanto as mães possuem maior propensão para adoptar uma parentalidade mais permissiva.

Refira-se que segundo Wagner (2006) as práticas parentais, no seu geral, reflectem as crenças dos pais. Ou seja, um tipo de estilo de educação mais agressivo será, teoricamente, concordante com as crenças dos pais sobre este tema, que verão nestas estratégias um meio válido para desenvolver os valores que pretendem nos seus filhos. Ainda sobre este tema, por exemplo, num contexto social violento e propenso ao crime, as mães que optam por práticas educativas rígidas e punitivas, justificam a sua escolha com a racionalização de que estão a criar assim uma criança cumpridora regras, com medo das punições, e que assim não se envolveria em práticas ilícitas e seria um trabalhador obediente (Berger & Luckmann, 2004).

Relativamente a práticas abusivas especificamente, Farmer e Owen (1995, citados por Stevenson, 2008) revelam que as mulheres são mais ligadas a práticas negligentes, enquanto os homens são mais ligados a abusos físicos. Quanto ao modo como o género afecta a diferenciação de práticas educativas parentais sobre rapazes e raparigas, segundo a literatura, existem diferenças sobre o método de educação adoptado para a educação de meninos e de meninas (Baumrind, 1980; Daniels, Featherstone, Hooper & Scourfield, 2005; Maccoby, 1980).

Um estudo no Brasil, de Gomide e Guimarães (2003), inquiriu várias crianças, tendo concluído que raparigas vêem os pais como mais punitivos, enquanto que os rapazes não vêem os pais dessa forma, na generalidade.

Quanto aos efeitos das praticas parentais negativas a literatura consultada determina que estas revelam um aumento das tendências agressivas nos rapazes(Guttmanova, 2005; Roelofs, Meesters, ter Huurne, Bamelis, & Muris, 2006), e aumentam o medo de rejeição nas raparigas adolescentes (Oldehinkel, Veesntra, Ormel, de Winter, & Verhulst, 2006). Estudos como o de Jenkins (2003, citado por Luster & Okagaki, 2005) revelam que os rapazes encontram-se mais expostos a uma parentalidade mais punitiva e negativa do que as raparigas, enquanto que estas, na adolescência, são mais controladas pelos pais do que os rapazes da mesma idade (Smetana & Daddis, 2002, citados por Luster & Okagaki, 2005) e mais reprimidas acerca do início da sua vida sexual (Romney, 1991 citado por Luster & Okagaki, 2005).

## 2.5. Parentalidade e suas implicações no desenvolvimento da criança/adolescente

Alguns estudos têm-se debruçado sobre o papel da parentalidade no desenvolvimento das crianças e adolescentes (e.g. Matos, 2008; Simões, 2007). Existem evidências empíricas que apontam para uma relação entre uma parentalidade inadequada e consequências negativas a longo prazo para o desenvolvimento dos jovens (Vondra, Sysko & Belsky, 2005). Tal como Okagaki e Bingham referem (2005), “tanto a existência de práticas parentais negativas (...) como a ausência de um relacionamento saudável entre pai(s) e filho(s) são preditores de problemas de exteriorização, algo que é especialmente verdadeiro em famílias multiproblemáticas” (p.51).

Ridley (2000) afirma que a família deve representar o suporte do jovem/adolescente, de modo a saber lidar com a sua agressividade. A família, especificamente os pais, devem então ser a principal referência da criança e do adolescente na contenção dos seus instintos agressivos, pois muitos actos agressivos futuros partirão de uma tentativas de resposta do indivíduo às falhas que o meio teve consigo (Moreira, Vilhena, Cruz, & Novaes, 2009). No entanto, os pais funcionam muitas vezes como modelos negativos: a associação entre comportamentos agressivos parentais e os comportamentos agressivos das crianças pode ser resultado da influência de um modelo parental agressivo, pois estas têm tendência a modelar os seus comportamentos no que vêem nos seus pais. A exposição a violência interparental, por exemplo, é mesmo um dos mais fortes indicadores de comportamentos agressivos em crianças e adolescentes, produzindo outros efeitos negativos a longo prazo (Covell & Howe, 2009; Sani, 2004).

Assim, a literatura tem apontado alguns factores de risco associados ao microsistema familiar e em particular aos pais para o aparecimento de distúrbios de conduta nos jovens: mais concretamente, Richardson e Joughin (2002) referem, fracas capacidades parentais, problemas mentais dos pais, abuso de substâncias e criminalidade no lar, pais adolescentes, problemas e violência marital, abusos físicos e mentais, e ainda a monoparentalidade. Também Salvo, Silves e Toni (2005) encontraram uma relação entre a falta de monitorização positiva por parte dos pais e o aparecimento de agressividade e de fracas competências sociais nos filhos, enquanto que Eisenberg et al, (2005) descobriram que crianças com pais que se expressam positivamente regulam melhor as suas emoções.

Alguns autores têm-se debruçado sobre o papel de alguns estilos parentais no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Assim, um estilo parental autoritário parece ser

considerado prejudicial ao desenvolvimento de crianças e adolescentes (Hart, Ladd & Burleson, 1990; Hoffman, 1960, 1975): a criança é obediente, mas apresenta baixos níveis de auto-estima (Gecas, 1979) e fracas aptidões escolares (Dornbusch, Ritter, Leiderman, & Roberts, 1987) e sociais (Baumrind, 1966, 1967), afectando as relações posteriores que ela virá a estabelecer com outras pessoas (Calheiros, 2006).

Do mesmo modo, uma parentalidade demasiado exigente ou agressiva tem sido associada à manifestação de comportamentos (Feitosa, Matos, Prette, & Prette, 2005).

Também os estilos permissivo-indulgente e permissivo-indiferente parecem afectar negativamente o desenvolvimento de crianças e jovens: no indulgente os baixos níveis de exigência que caracterizam os pais revelam falta de autocontrolo e de autoconfiança, o que poderá levar os filhos a sentirem-se excessivamente dependentes e sobreprotegidos (Baumrind, 1966, 1967). Os pais permissivos, apesar de não fazerem uso correcto dos poderes que detêm, podem tornar-se violentos quando perdem o controlo da situação (Baumrind, 1977, citada por Oliveira, 1994).

Pais indiferentes, por seu lado, são, para alguns autores, os que maiores danos produzem nos filhos, pois estes tenderão a ter falta de auto-controlo, baixa auto-estima e menores competências sociais (Baumrind, 1989; Maccoby & Martin, 1983). No âmbito das práticas inadequadas, destaque também para os maus-tratos, como factor de risco. Estes são definidos como acções que provocam dano físico ou psicológico, carências de ordem material e/ou afectiva passíveis de pôr em causa os direitos básicos das crianças (Calheiros, 2006; Calheiros & Monteiro, 2000, Pereira & Santos, 2011). Dentro do conceito generalizado de maus-tratos encontramos os activos (abusos físicos) e os passivos (negligência física e/ou psicológica) (Chadwick, 1999; Skuse & Bentovim, 1994).

Os maus-tratos físicos podem condicionar os jovens a agirem futuramente de modo agressivo, através de uma repetição daquilo a que foram sujeitos (Flores & Ajnhorn, 1997), bem como ao possuírem a crença de que os actos violentos são uma acção legítima de resolução de problemas (Pâquet-Deehy, 1997 citado por Rego & Sani, 2007; Zago, 2004 citado por Rego & Sani, 2007).

Através do estudo de crianças maltratadas, Dodge e colegas (1990, citados por Flores & Ajnhorn, 1997), determinaram que estas percebem frequentemente agressividade nos outros, e possuem fracas capacidades de resolução de conflitos, recorrendo, assim, à agressividade. Crianças agressivas usualmente são indivíduos com baixa tolerância para a frustração (Amado & Freire, 2002).

A negligência parental, tanto física como psicológica, (Calheiros, 2006, Ribeiro & Castro, 2011), pode ser também considerada como um factor de risco, pois pode resultar em consequências graves no comportamento das crianças durante o seu desenvolvimento (Alberto, 2006; Carvalho & Gomide, 2005). Stevenson (2008) afirma que “... mães negligentes têm falta de conhecimento, e de empatia, para com as necessidades das crianças na idade em que estas se encontram, e possuem expectativas mais irrealistas e negativas das suas crianças do que os pais não-negligentes” (Stevenson, 2008, p.48). Também Baumrind (1989) revela que práticas parentais negligentes, apesar de não serem abusivas por definição, são marcadas por uma falta de preocupação com o bem-estar dos jovens, podendo resultar em indivíduos particularmente propícios a desvios na sua conduta (Machado, 2007).

Apesar do impacto negativo que os estilos e práticas parentais poderão ter no desenvolvimento dos filhos, existem, contudo outros estilos e práticas que podem ter um impacto positivo neste. Assim, o estilo autoritativo é aquele que parece produzir melhores níveis de ajustamento psicológico e comportamental, maior percepção de competência e auto-confiança, uma gestão de conflitos mais eficaz (e.g.: Baumrind, 1966; Dornbusch, Ritter, Leiderman, Roberts, & Fraleigh, 1987; Maccoby & Martin, 1983; Steinberg, Mounts, Lamborn, & Dornbusch, 1991), uma auto-estima mais positiva (Baumrind, 1968, Maccoby, 1992, Slicker, 1998, Weber, 2008), maior percepção de segurança emocional e autonomia, bem como efeitos escolares mais positivos (De Bruyn, Dekovic & Meijnen, 2003; Spera, 2005).

Patterson e Reid (1973), por exemplo, realizaram uma pesquisa junto de pais de crianças problemáticas, onde os resultados demonstravam que uma intervenção parental positiva melhora substancialmente o comportamento das crianças. Wiltz e Patterson (1974) num estudo realizado nos EUA, dividiram crianças agressivas em dois grupos: um cujos pais receberam formação parental, e outro de pais sem acesso a esta formação. Os resultados demonstraram que as crianças cujos pais tiveram formação parental mostraram uma diminuição do comportamento agressivo, enquanto que as crianças do outro grupo mostraram uma maior tendência para a agressividade.

A intervenção ao nível familiar aparece, assim, como um método passível de atingir bons resultados no comportamento de crianças problemáticas (e.g., Patterson & Fleischman, 1979; Patterson, Chamberlain, & Reid, 1982).

Apesar da maioria dos estudos considerar o estilo autoritativo como o mais adaptativo, existem no entanto estudos que apontam o estilo autoritário como o mais adaptativo em

algumas culturas, nomeadamente culturas africanas (e.g., Furstenberg, Cook, Eccles, Elder & Sameroff, 1999; citados por Steinberg, Blatt-Eisengart & Cauffman, 2006).

Em suma, existe um vasto leque de estudos que se tem debruçado sobre o papel da parentalidade no desenvolvimento das crianças e adolescentes. Neste sentido, a literatura é consensual sobre o facto de práticas parentais positivas (monitorização positiva, orientação na resolução de problemas, etc.) serem benéficas no desenvolvimento dos adolescentes (Brookmeyer, Henrich & Schwab-Stone, 2005; Matos, 2008; Simons-Morton et al., 2004; Ribeiro & Castro, 2011; Ross & Fuertes, 2010; Yamauchi, 2010), particularmente para um bom desempenho escolar (e.g., Sapienza, Aznar-Farias, & Silvares, 2009) e na redução da agressividade (e.g., O’Connell, Boat, & Warner, 2009). Parte-se, assim, do pressuposto de que a agressividade é passível de ser afectada pela parentalidade e pelas práticas parentais (e.g. Patterson & Reid, 1973).

Contrariamente, práticas parentais negativas (e.g., agressivas, negligentes) são vistas como influenciadoras de comportamentos negativos nas crianças/adolescentes (Murray, Haynie, Howard, Cheng, & Simons-Morton, 2010; Mrug & Windle, 2009; Sale, Sambrano, Springer, Peña, Pan, & Kasim, 2005; Simons & Wurtele, 2010).

Ao longo deste trabalho temos vindo a fazer referência aos comportamentos particularmente no período da adolescência. Face ao exposto, de seguida abordamos, ainda que brevemente, estes dois conceitos – adolescência e agressividade.

### 3. Adolescência

A palavra adolescência deriva do latim “adolescere”, cujo significado está ligado à chegada à idade adulta (Muuss, 1976). Esta ideia já vem de civilizações mais antigas, onde a passagem pela puberdade era encarada como a entrada (muitas vezes acompanhada de um ritual religioso) na idade e mundo dos adultos (Santos, 1966). Mead (1951), nas suas pesquisas na Samoa Americana, já descrevia a adolescência como um fenómeno cultural, totalmente fabricado pelas práticas sociais vigentes em cada local. A adolescência tem sido um período estudado segundo diferentes abordagens teóricas, e representa um importante período de desenvolvimento, pois é neste período que são efectuadas várias escolhas com impacto perdurante na vida dos indivíduos (McManus, 2002, citado por Simões, 2007).

De acordo com a literatura este é um período onde se estabelece a identidade do sujeito, sendo também considerado como um período de passagem entre a infância e a idade adulta que implica um importante reajuste do indivíduo (Erikson, 1976; Bohoslavsky, 1977).

Segundo Freud (1917) a adolescência é um ponto traumático, onde o jovem sente necessidade de fugir à influência parental. Também Cordeiro (1987) refere que o período da adolescência é aquele onde o adolescente sente necessidade de se encontrar a si mesmo através de um distanciamento dos laços paternos. Ou seja, na adolescência o indivíduo passa por várias mudanças de origem biológica, que resultam numa personalidade diferente da personalidade da infância (Sprinthal & Collins, 1994).

Sabe-se ainda que muitos problemas associados ao período da adolescência surgem como forma de adaptação do adolescente aos novos desafios que se colocam perante si (Sprinthal & Collins, 1994). A adolescência é um período de espera que o jovem tem, até ter de assumir os seus deveres de membro adulto da sociedade, ou seja, é a passagem consciente de um mundo já criado e imposto para outro escolhido e criado pelo indivíduo (Coimbra de Matos, 1986; Dias & Vicente, 1981). Para o adolescente esta fase representa um período confuso ao nível dos sentimentos contraditórios, ansiedade, felicidade e tristeza, certezas e incertezas (Moffitt & Caspi, 2000).

#### 4. Agressividade

Ao longo deste trabalho temos feito referência aos comportamentos agressivos ou à agressividade nos adolescentes, mas importa fazer uma breve conceptualização em torno do mesmo. O termo “agressão” provém do latim “*aggredi*”, que significa “perseguir alguém com a intenção de danificar”.

A agressividade, muitas vezes confundida com o conceito de violência, pode ser entendida como uma expressão desta (Costa, 1996, Weinberg & Gould, 1999), tendo, para alguns autores, objectivo de superiorização evidente (Pavarino, Del Prette & Del Prette, 2005). Pode ser considerada inadaptada para o próprio e para as relações que mantém com os outros, independentemente da sua etiologia (Rego & Sani, 2007).

Existem na literatura diferentes definições sobre o mesmo conceito; não podendo fazer referência a todas elas, destacamos algumas.

O'Connell e colegas (2000) separam o conceito básico de agressão em três grandes vertentes: verbal, física e intimidação. Buss (1961), por seu lado, define a agressividade como um traço de personalidade que se subdivide em três dimensões: agressividade física-verbal, agressividade activa-passiva, e agressividade directa-indirecta.. A dimensão física-verbal remete para o emprego de meios físicos, ou de meios verbais (palavras), de modo a prejudicar outrem. A dimensão activa-passiva representa o grau de envolvimento do agressor, sendo a agressividade passiva o acto de prejudicar por omissão. Quanto à dimensão directa-indirecta, refira-se que a agressão directa tanto pode ser física como verbal, e envolve contacto directo entre o agressor e o alvo da agressão. A agressão indirecta, por seu lado, é o acto de causar mal a outrem com recurso a meios intermediários que evitem o contacto directo.

Mais tarde, Buss e Perry (1992) subdividem a agressividade em quatro dimensões: agressividade física, agressividade verbal, raiva e hostilidade.

Existem diferentes abordagens no estudo da agressividade, destacando-se as teorias biológicas, que explicam a agressividade pelos instintos e impulsos internos dos indivíduos, e as teorias sociais, que explicam a origem da agressividade pelo meio ambiente onde o indivíduo se encontra inserido (Ramirez, 2001). Mais concretamente nas teorias clássicas, ou biológicas, da agressividade, o comportamento agressivo é visto como um instinto natural e inevitável do ser humano, que deve ser canalizado modo mais adequado. Ou seja, a agressividade é explicada como tendo origem em processos internos ao organismo humano (Darwin, 1965; Lorenz, 1966). Lorenz (1996), por exemplo, define a agressividade como um instinto normal do ser humano, um instrumento para a sobrevivência da espécie, tal como qualquer outro instinto. Também para Freud (1925), a agressividade representa uma reacção natural gerada dentro do indivíduo, que evoluiu para se ajustar às suas necessidades actuais, sendo necessariamente libertada, seja de formas apropriadas ou inapropriadas. Para Freud e Lorenz, a agressividade é um instinto herdado geneticamente e impossível de ser simplesmente eliminado (Jares, 2002).

As teorias psicossociais, por seu lado, baseiam-se, sobretudo, nas teorias da aprendizagem social (Bandura, 1977): a agressividade é definida como uma resposta ao que é observado. Ou seja, o indivíduo modela o seu comportamento mediante o que observa sobre que actos são encorajados e quais são reprovados, tendo ainda de ter modelos de onde retirar influência (família, amigos, figuras públicas, etc.). Logo, os comportamentos agressivos não são inatos, mas sim aprendidos por experiência ou observação. O autor releva especialmente a observação dos modelos agressivos presentes na família, na cultura e no meio (Bandura, Ross,

& Ross., 1961) como potenciadores de comportamentos agressivos. Ainda, a Teoria da Aprendizagem Social pressupõe que o maior factor determinante de uma agressão é a recompensa que o indivíduo percebe na persecução do acto agressivo para atingir os seus objectivos. Esta aprendizagem parte em primeira instância da família, onde os valores que irão guiar o indivíduo são formados.

Estudos como os de Goldstein, Davis-Kean e Eccles (2005) não diferenciam a agressividade em função do sexo do adolescente, mas outros autores como Björkqvist (1994), Piko (2001) e Guttmanova (2005) referem que os rapazes serão mais facilmente apontados como mais agressivos, mesmo que não o sejam, devido a extravasarem mais facilmente a sua agressividade do que as raparigas. Mais recentemente, Moretti e Odgers (2006) publicaram um estudo onde refutam o facto de os rapazes serem universalmente mais agressivos do que as raparigas.

## 5. Objectivos

Como já referido, este trabalho visa obter uma melhor compreensão da relação entre as práticas educativas parentais e a agressividade nos adolescentes. Tendo como base a revisão de literatura efectuada, verifica-se existir uma relação entre práticas inadequadas e a agressividade nos adolescentes. Apesar destas evidências, no presente trabalho pretende-se obter uma melhor compreensão desta relação através da exploração de diferentes práticas educativas parentais e diferentes subtipos ou dimensões de agressividade nos adolescentes. Mais concretamente este trabalho visa:

1. Verificar se existem diferenças em diferentes subtipos de agressividade (agressividade física, agressividade verbal, raiva e hostilidade) em função do sexo e da área de residência dos adolescentes (rural vs urbana);

2. Verificar se existem diferenças nas práticas educativas parentais (práticas educativas adequadas, práticas inadequadas embora não abusivas, práticas punitivas que envolvem punição física, maus-tratos emocionais, maus-tratos físicos, e comportamentos potencialmente maltratantes) em função dos progenitores e da sua área de residência;

3. Verificar a relação entre as diferentes práticas educativas parentais referidas no objectivo 2 e diferentes subtipos de agressividade dos adolescentes referidos no objectivo 1;

4. Averiguar se existe um papel moderador do sexo (dos adolescentes) na relação entre as diferentes práticas e os diferentes subtipos de agressividade.

## 6.Método

### 6.1. Participantes

Participaram nesta investigação 109 adolescentes e 218 progenitores (109 pais e 109 mães). Ambas as amostras são de conveniência. A média de idades dos adolescentes é de 14,5 anos ( $DP = 1,2$ ) variando entre os 13 e os 18 anos. Relativamente aos adultos, estes têm idades compreendidas entre os 26 e os 63 anos ( $M = 42,94$ ,  $DP = 7,15$ ). Mais concretamente, a média de idades das mães é de 42 anos ( $DP = 6,79$ ), variando entre um mínimo de 28 anos e um máximo de 58 anos; e a média de idades dos pais é de 44 anos, variando entre um mínimo de 26 anos e um máximo de 63 anos ( $DP = 7,5$ ).

Em termos de área de residência, 120 progenitores e 60 adolescentes residem em zona rural e 98 progenitores e 49 adolescentes residem em zona urbana.

A amostra de adolescentes apresenta-se equilibrada em termos de composição por sexo, embora com ligeiro predomínio do sexo feminino (55,0%) sobre o masculino (45,0%). No que se refere à escolaridade, 51,5% tem o 9º ano de escolaridade, 13,4% o 8º ano, 12,4% o 7º ano e 7,2% o 10º ano.

Em termos de estado civil, a maioria das mães é casada (81,0%). As mães divorciadas e as solteiras constituem, respectivamente, 14,0% e 4,0% do total. No que diz respeito aos pais, também se verifica que a grande maioria uma percentagem elevada dos pais é casada (93,0%). Seguem-se depois os divorciados (4,0%) e os solteiros (3,0%). Relativamente à profissão, na amostra das mães predominam as domésticas (48,6%), as desempregadas (15,6%) e as auxiliares de acção educativa (6,4%).

No que concerne aos pais 16,5% indicam estar desempregados, 22,69% trabalham na construção civil, 5,5% agricultores e 2,8% estão reformados.

### 6.2. Instrumentos

No presente estudo foram aplicados três questionários: um inquérito de auto-resposta para recolha de informações sociodemográficas, o Inventário de Práticas Educativas (IPE), e o *Aggression Questionnaire* (A.Q.), que passaremos a descrever em mais detalhe.

Relativamente ao inquérito sócio-demográfico, este foi construído para obter informação relativamente à idade dos participantes, área de residência, escolaridade e profissão.

*Inventário de Práticas Educativas (IPE)*. Trata-se de um questionário de auto-resposta de Machado, Gonçalves e Matos (2007), adaptado de Machado, Gonçalves e Matos (2000, citados por Machado, Gonçalves e Matos, 2007), que pretende caracterizar as práticas educativas utilizadas pelos progenitores ou cuidadores de crianças/ jovens. O IPE é constituído por 29 itens, que se agrupam em seis dimensões: Práticas educativas adequadas (itens 1,7,11,17,29; ex. item 11, “Elogiar a criança quando se porta bem”); Práticas inadequadas embora não abusivas (itens 2,22,24,26; ex. Item 22, “Ameaçar a criança que se lhe vai bater”), Práticas punitivas que envolvem punição física (itens 3,5,10,14,15; ex. Item 3, “Bater no rabo com a mão”), Maus-tratos emocionais (itens 8,9,21,23,25; ex. Item 25, “Dizer que não se gosta da criança”); Maus-tratos físicos (itens 6,13,18,19,20,27,28, ex. Item 6, “Dar um murro ou um pontapé”). Tal como referido, para além destas cinco dimensões, foi acrescentada mais uma: “Comportamentos potencialmente maltratantes” (itens 4,12,16; ex. Item 12, “Dar várias bofetadas”). Na administração do inquérito, é solicitado que se responda sobre qual a frequência com que foram utilizadas as referidas práticas no último ano; para cada um dos itens a resposta pode ser dada numa escala de Likert de 4 pontos (1 - “nunca usei”, 2- “usei uma única vez”, 3- “usei menos que uma vez por mês”, 4- “usei mais de que uma vez por mês”). A consistência interna do IPE das mães foi de 0,78, enquanto que a do IPE dos Pais foi de 0,87, o que indica que esta escala apresenta uma boa consistência interna para ambas as amostras (Marôco, 2007).

*Agression Questionnaire (A.Q.; Buss & Perry, 1992)*. Trata-se um instrumento de avaliação da agressividade nos adolescentes. Este questionário foi adaptado para a população portuguesa por Simões (1993). O A.Q. é constituído por 29 itens que se agrupam em quatro factores/subtipos: Agressividade física (itens 1 a 9; ex., Item 3: “Se alguma pessoa me agredir, eu também a agrido”); Agressividade verbal (itens 10 a 14; ex., Item 11: “Discordo muitas vezes das pessoas”); Raiva (itens 15 a 21; ex., Item 21: “Eu tenho dificuldades em controlar o meu temperamento”); Hostilidade (itens 22 a 29; ex., Item 23: “Parece-me que as outras pessoas conseguem sempre as melhores oportunidades.”). Para cada um dos itens a resposta é dada numa escala de tipo Likert de 5 pontos (1 - “Nunca”, 2 - “Quase nunca”, 3- “Algumas vezes”, 4- “Quase sempre” e 5 - “Sempre”). A escala apresenta uma boa consistência interna ( $\alpha = 0,85$ ) (Marôco, 2007).

### 6.3. Procedimento

Num primeiro momento foram contactadas uma instituição na região Norte e na área urbana e uma escola também na região Norte mas numa área rural, por forma a entrar em contacto com adolescentes e com pais. A adesão das instituições foi imediata. Em ambos os locais, foram contactados jovens entre os 13 e os 18 anos, juntamente com os seus respectivos progenitores, para participação no estudo. Antes da aplicação dos questionários, os adolescentes e os pais foram informados acerca do objectivo do estudo, e só após consentimento informado (em anexo), no qual constava informação sobre o estudo, e sobre a confidencialidade da informação, é que iniciaram o seu preenchimento.

Entre Março e Abril de 2011 foi feita a administração dos instrumentos. Os questionários foram aplicados individualmente em salas separadas a mães, pais e filhos. A duração média de aplicação foi de cerca de 15 minutos para cada participante (tanto para os adultos, como para os adolescentes). Após a recolha dos dados estes foram inseridos numa base de dados e foi feita a sua análise utilizando o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* versão 18.0 para Windows.

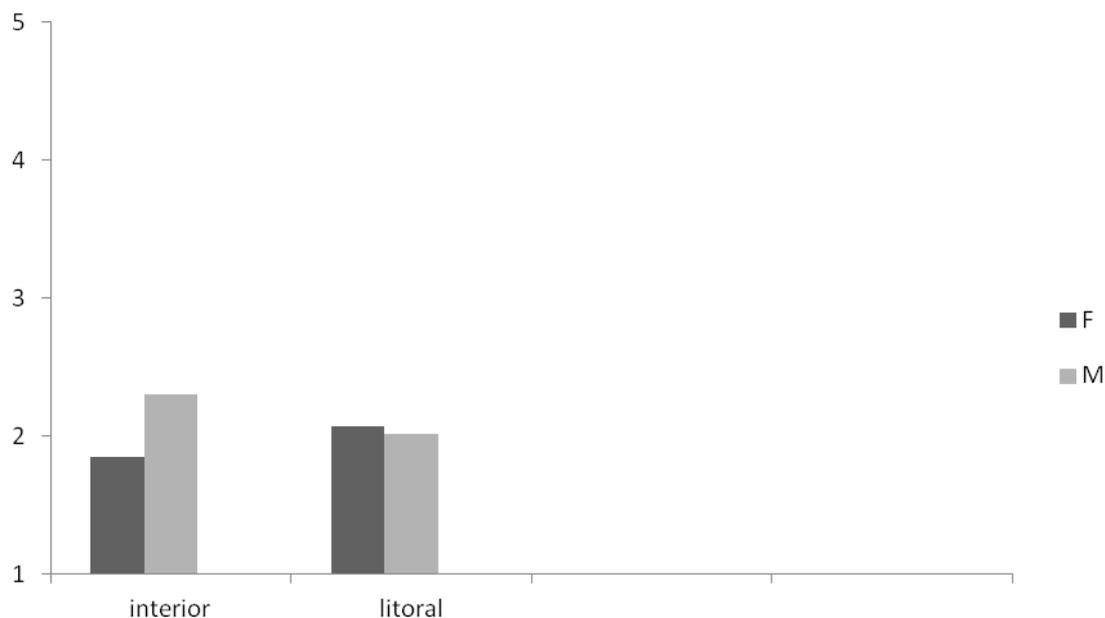
## 7. Resultados

*Objectivo 1. Verificar se existem diferenças nos subtipos de agressividade em função do sexo dos adolescentes e da região onde estes residem.*

Para analisar este objectivo foi feita uma análise de variância multivariada (MANOVA) a dois factores, colocando como factores as variáveis sexo (dos adolescentes) e área de residência, e colocando como variáveis dependentes os quatro subtipos de agressividade. Os resultados indicam um efeito de interacção destas duas variáveis na agressividade física [ $F(1, 96) = 4,51, p < 0,05, \eta^2_{\text{parcial}} = 0,05$ ], na agressividade verbal [ $F(1, 96) = 7,31, p < 0,05, \eta^2_{\text{parcial}} = 0,07$ ], e na raiva [ $F(1, 96) = 6,23, p < 0,05, \eta^2_{\text{parcial}} = 0,06$ ].

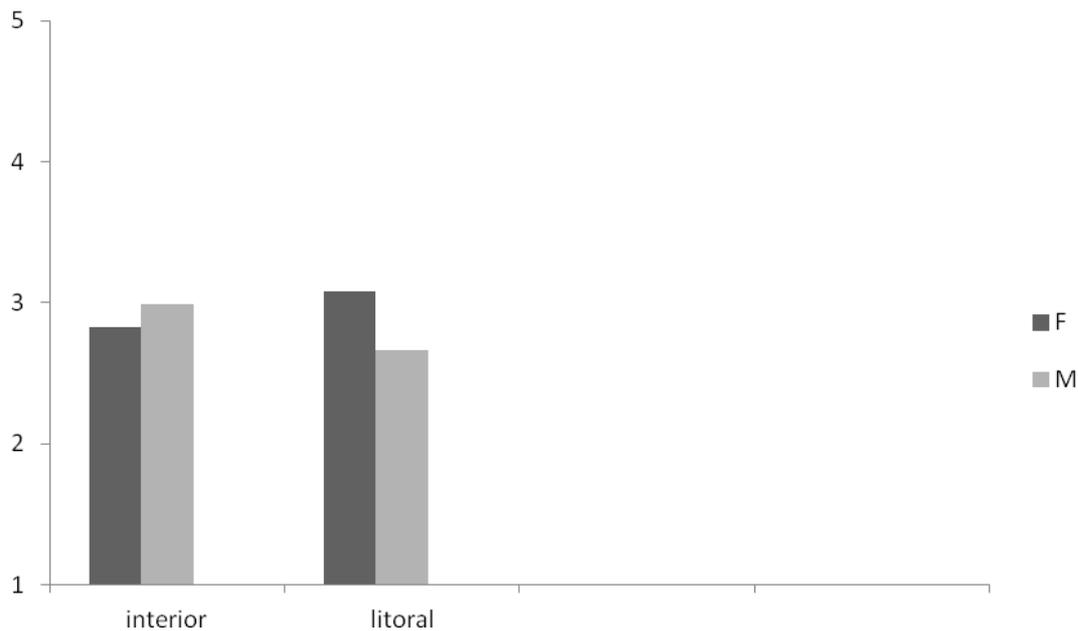
Para a agressividade física verifica-se, através de teste de comparações múltiplas de médias (teste de Bonferroni) que existe uma diferença, significativa, de médias apenas entre os adolescentes do interior, verificando-se que são mais os rapazes do que as raparigas que expressam mais este tipo de agressividade ( $M_{\text{rapazes\_interior}} = 2,30, DP = 0,70$ ;  $M_{\text{raparigas\_interior}} = 1,85, DP = 0,50$ ;  $M_{\text{rapazes\_litoral}} = 2,01, DP = 0,55$ ;  $M_{\text{raparigas\_litoral}} = 2,08, DP = 0,61$ ) (Figura 7.1.).

*Figura 7.1. Agressividade física do adolescente em função do sexo e da área de residencia.*



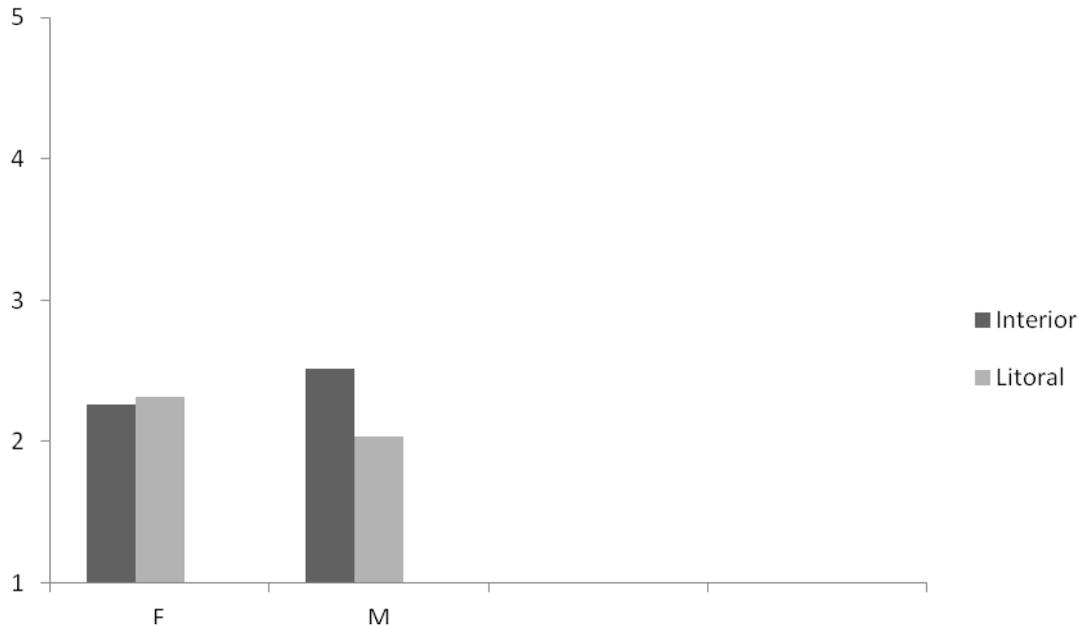
Para a agressividade verbal o teste de comparações múltiplas (teste de Bonferroni) indica que as diferenças significativas de médias ocorrem entre rapazes e raparigas do litoral, sendo que são mais as raparigas que expressam este tipo de agressividade ( $M_{\text{rapazes\_interior}} = 2,99, DP = 0,45; M_{\text{raparigas\_interior}} = 2,83, DP = 0,51; M_{\text{rapazes\_litoral}} = 2,66, DP = 0,52; M_{\text{raparigas\_litoral}} = 3,07, DP = 0,58$ ) (Figura 7.2.).

Figura 7.2. Agressividade Verbal do adolescente em função do sexo e da área de residencia.



Por último, e para a raiva, o teste de comparações múltiplas (Bonferroni) indica diferenças significativas apenas entre os rapazes, sendo que são os do interior aqueles que expressam mais este subtipo de agressividade, por comparação aos rapazes que residem em área urbana ( $M_{\text{rapazes\_interior}} = 2,51, DP = 0,57; M_{\text{raparigas\_interior}} = 2,25, DP = 0,41; M_{\text{rapazes\_litoral}} = 2,05, DP = 0,54; M_{\text{raparigas\_litoral}} = 2,32, DP = 0,67$ ) (Figura 7.3.).

Figura 7.3. Raiva do adolescente em função do sexo e da área de residência.



*Objectivo 2. Verificar se existem diferenças nas práticas educativas parentais em função dos progenitores e em função da área de residência*

Para efeitos desta análise foi efectuado um teste *t*-de student para amostras emparelhadas tendo feito previamente um splitfile por área de residência (rural vs urbana). Os resultados mostram que não existem diferenças entre pais e mães para cada uma das práticas educativas parentais (Tabela 7.1.), nem em função da área de residência. Ainda, pode verificar-se que em geral, ambos os progenitores referem utilizar mais práticas adequadas ( $M_{\text{pai interior}} = 3,07$ ,  $DP = 0,53$ ;  $M_{\text{mãe interior}} = 3,16$ ,  $DP = 0,45$ ;  $M_{\text{pai litoral}} = 2,97$ ,  $DP = 0,50$ ;  $M_{\text{mãe litoral}} = 3,0$ ,  $DP = 0,55$ ).

Tabela 7.1. Práticas parentais em função dos progenitores e em função da área de residência (Médias e desvios-padrão)

		N	M	DP	P
<b>Região: Rural</b>					
Maus tratos físicos	Mãe	55	1,06	0,25	Ns
	Pai	55	1,14	0,39	
Comportamento potencialmente maltratante	Mãe	55	1,47	0,70	ns
	Pai	55	1,39	0,66	
Maus tratos emocionais	Mãe	55	1,07	0,16	ns
	Pai	55	1,07	0,16	
Práticas Punitivas (Punição Física)	Mãe	55	1,50	0,48	ns
	Pai	55	1,52	0,65	
Práticas inadequadas (não abusivas)	Mãe	55	1,95	0,59	ns
	Pai	55	1,92	0,74	
Práticas adequadas	Mãe	55	3,16	0,45	ns
	Pai	55	3,07	0,53	

		N	M	DP	P
<b>Região: Litoral</b>					
Maus tratos físicos	Mãe	21	1,03	0,09	ns
	Pai	21	1,06	0,16	
Comportamento potencialmente maltratante	Mãe	21	1,23	0,33	ns
	Pai	21	1,14	0,25	
Maus tratos emocionais	Mãe	21	1,08	0,15	ns
	Pai	21	1,08	0,15	
Práticas Punitivas (Punição Física)	Mãe	21	1,28	0,33	ns
	Pai	21	1,30	0,38	
Práticas inadequadas (não abusivas)	Mãe	21	2,05	0,64	ns
	Pai	21	1,95	0,78	
Práticas adequadas	Mãe	21	3,00	0,55	ns
	Pai	21	2,97	0,50	

*Objectivo 3: Verificar a relação entre diferentes práticas educativas e os subtipos de agressividade.*

Para analisar este objectivo foram calculadas correlações de Pearson entre os cinco tipos de práticas parentais (práticas adequadas, práticas inadequadas não abusivas, práticas punitivas, comportamento potencialmente mal tratante, mau trato emocional e mau trato físico), e os quatro subtipos de agressividade (agressividade física, agressividade verbal, raiva e hostilidade), para cada um dos progenitores.

Verificamos a existência de correlações positivas entre os maus tratos físicos, os comportamentos potencialmente maltratantes de ambos os progenitores e a agressividade física e a raiva dos adolescentes.

A análise efectuada permite, ainda identificar a existência de correlações positivas entre os maus tratos emocionais praticados por ambos os progenitores e a agressividade física e hostilidade dos adolescentes. Também as práticas inadequadas (não abusivas) da mãe se correlacionam positivamente com a agressividade física dos adolescentes.

Finalmente, constata-se, quanto às práticas adequadas, uma tendência geral para as correlações serem negativas com a agressividade dos adolescentes, embora apenas seja significativa a correlação entre as práticas adequadas do pai e a hostilidade manifestada pelo adolescente.

*Tabela 7.2. Correlações entre práticas parentais e os subtipos de agressividade (r Pearson)*

		Agressividade física	Agressividade verbal	Raiva	Hostilidade
Maus tratos físicos	Mãe	0,27*	0,22*	0,32*	0,73
	Pai	0,39*	0,84	0,31*	0,15
Comportamento potencialmente maltratante	Mãe	0,31*	0,32*	0,20*	0,08
	Pai	0,23*	-0,02	0,22*	0,05
Maus tratos emocionais	Mãe	0,21*	0,08	0,15	0,23*
	Pai	0,22*	0,09	0,14	0,22*
Práticas Punitivas (Punição Física)	Mãe	0,09	0,10	0,14	0,00
	Pai	0,14	-0,02	0,15	0,09
Práticas inadequadas (não abusivas)	Mãe	0,22*	0,10	0,19	0,07
	Pai	0,14	-0,02	0,05	0,51
Práticas adequadas	Mãe	0,07	-0,02	-0,03	0,03
	Pai	-0,08	-0,10	-0,07	-0,26*

\* p< 0,05

*Objectivo 4. Averiguar se existe um papel moderador do sexo (dos adolescentes) na relação entre práticas e agressividade.*

Foram ainda conduzidas regressões hierárquicas para cada uma das dimensões da agressividade dos adolescentes para averiguar o papel moderador do sexo dos adolescentes na relação entre as diferentes práticas parentais da mãe e do pai e cada uma dos níveis da agressividade dos adolescentes<sup>1</sup>. Apresentamos de seguida apenas os resultados referentes às regressões hierárquicas estatisticamente significativas.

Na primeira regressão foram colocadas como preditores, no primeiro nível (step/modelo 1) a variável maus tratos físicos da mãe, no segundo nível (step/modelo 2) a variável sexo (dos adolescentes), e no terceiro nível (step/modelo 3) o produto das duas predictoras; a VD considerada foi a agressividade física. Os resultados indicam que a interacção entre os dois preditores é significativa,  $\beta = 0,26, p < 0,05$ . Ainda, o modelo 3 explica 8,5% da variância da VD [ $R^2$  ajustado = 0,85,  $F(2,93) = 3,98, p < 0,05$ ], mais 4,1% do que o modelo 2 [ $R^2$  ajustado = 0,44,  $F(2,93) = 3,22, p < 0,05$ ]. Por forma a poder interpretar-se a interacção foi efectuada uma regressão para cada sexo, sendo que os resultados indicam que é para os rapazes e não para as meninas que maus tratos físicos da mãe estão relacionados com maior agressividade física [ $\beta_{\text{rapazes}} = 0,43, p < 0,01$ ;  $\beta_{\text{meninas}} = 0,14, \text{ns}$ ].

Fazendo a mesma regressão mas colocando como VD a raiva, verifica-se que a interacção entre os dois preditores é também significativa,  $\beta = 0,22, p = 0,05$ . Ainda, o modelo 3 explica 7,9% da variância da VD [ $R^2$  ajustado = 0,79,  $F(2,93) = 3,76, p < 0,05$ ], mais 2,8% do que o modelo 2 [ $R^2$  ajustado = 0,51,  $F(2,93) = 3,59, p < 0,05$ ]. Por forma a poder interpretar-se a interacção foi também efectuada uma regressão para cada sexo, sendo que os resultados indicam novamente que é para os rapazes e não para as raparigas que maus tratos físicos da mãe estão relacionados com mais raiva [ $\beta_{\text{rapazes}} = 0,48, p < 0,01$ ;  $\beta_{\text{meninas}} = 0,17, \text{ns}$ ].

---

<sup>1</sup> Seguindo Aiken e West (1991) a variável sexo dos adolescentes foi transformada numa variável dummy e foi esta que foi utilizada nas análises de regressão; as variáveis referentes ao pai e mãe (ex., maus tratos físicos) foram centralizadas e foram estas novas variáveis que foram utilizadas nas regressões.

Para a variável hostilidade verifica-se que a interação entre os dois preditores é também significativa,  $\beta = 0,39, p < 0,05$ . Ainda, o modelo 3 explica 12.2% da variância da VD [ $R^2$  ajustado = 1,22,  $F(3,96) = 5,45, p < 0,05$ ]. Por forma a poder interpretar-se a interação foi também efectuada uma regressão para cada sexo, sendo que os resultados indicam também que é para os rapazes que maus tratos físicos da mãe estão relacionados com maior hostilidade [ $\beta_{\text{rapazes}} = 0,52, p < 0,01; \beta_{\text{meninas}} = 0,03, \text{ ns}$ ].

## 8. Discussão

O objectivo principal deste trabalho consistiu em obter uma melhor compreensão sobre a relação entre as práticas educativas parentais e o comportamento agressivo dos adolescentes, tentando complementar a investigação já realizada neste campo ao ter-se em conta a existência de diferentes práticas – maus tratos físicos, comportamento potencialmente maltratante, maus tratos emocionais, práticas punitivas (punição física), práticas inadequadas (não abusivas) e práticas adequadas – e diferentes subtipos de agressividade, nomeadamente a agressividade física, a agressividade verbal, a raiva e a hostilidade. Em termos teóricos, esta questão reveste-se de particular importância por complementar a pesquisa já existente ao analisar-se um conjunto de práticas parentais diversas e um conjunto de subtipos de agressividade, e por considerar não apenas as percepções das mães, mas também dos pais, sobre o mesmo fenómeno (práticas parentais), uma vez que nem sempre estes últimos têm sido contemplados nas pesquisas. Esta questão é tão mais pertinente quanto o facto de não existir consenso na literatura sobre a existência de diferenças ao nível das práticas em função do sexo do progenitor.

Para além deste objectivo geral e tendo em conta a escassez de estudos sobre, nomeadamente, o papel da área de residência na análise destas relações, pretendeu-se, ainda, averiguar: 1) em que medida os subtipos de agressividade variam em função do sexo dos adolescentes e da sua área de residência, 2) o papel do sexo e da área de residência dos progenitores na escolha de diferentes práticas educativas; 3) em que medida a relação entre as práticas e a agressividade é moderada pelo sexo dos adolescentes.

Em termos gerais, verificou-se que os adolescentes do interior expressam mais agressividade física e raiva, sendo esta superior nos rapazes. Estes resultados vão ao encontro de outros estudos: Björkqvist (1994), Piko (2001) e Guttmanova (2005), por exemplo, referem que os rapazes são mais facilmente apontados como mais agressivos devido a extravasarem mais facilmente a sua agressividade. Verificou-se também que as raparigas do litoral expressam mais agressividade verbal.

No que diz respeito ao objectivo 2, a análise dos resultados indica não existir diferenças significativas nas práticas educativas parentais em função dos progenitores. Quer os pais, quer as mães referem utilizar mais práticas educativas adequadas. Tendo em conta a natureza dos itens, parte deste resultado poderá dever-se a alguma desejabilidade social aquando do preenchimento do respectivo inventário.

Os resultados indicam, também, que não existem diferenças significativas nas práticas educativas parentais dos progenitores em função da área de residência. Tal como Fontaine (1992) verificou num estudo com mães portuguesas, as diferenças nas práticas educativas parentais parecem estar sobretudo relacionadas com o nível socioeconómico e não com a área de residência.

Em termos gerais, no que diz respeito à relação entre práticas parentais e agressividade (objectivo 3), verificou-se que os maus tratos físicos, as práticas potencialmente maltratantes e os maus tratos emocionais, de ambos os progenitores, estão positivamente correlacionadas com a agressividade física dos adolescentes. Na verdade, de acordo com a literatura, as práticas mais negativas são, de facto, apontadas como potenciadoras de comportamentos mais agressivos nos adolescentes (e.g. Baumrind, 1966; Simons & Wurtele, 2010; Murray et al., 2010).

Também os maus tratos emocionais, de ambos os progenitores, estão positivamente correlacionados com a hostilidade nos adolescentes. Os nossos resultados parecem evidenciar que a questão dos maus tratos emocionais assumem cada vez maior importância, pois apresenta um conjunto de consequências negativas para o desenvolvimento dos adolescentes (e.g., Calheiros, 2006), sendo que alguns autores referem mesmo que esta prática educativa parece ser aquela que mais pode comprometer um ajustamento saudável na fase adulta (e.g. Calheiros, 2006; Hart, Nelson, Robinson, Olsen, & McNeilly-Choque, 1998).

Os resultados indicam, ainda, que a agressividade verbal dos adolescentes correlaciona-se positivamente com as práticas das mães, nomeadamente os maus tratos físicos e os comportamentos potencialmente maltratantes. Nesta linha, Olweus (1980) identificou alguns factores nas progenitoras, que são responsáveis pela agressividade nos adolescentes, nomeadamente o negativismo da mãe (hostilidade, rejeição, frieza e maus tratos físicos). O comportamento potencialmente maltratante das mães parece também estar relacionado com maior agressividade física dos filhos, maior hostilidade e raiva, e em particular, dos rapazes, tal como evidenciado na análise de moderação. Segundo Almeida (2000), o padrão comportamental agressivo do adolescente parece articulado a uma relação materna pouco carinhosa, descrita pelo afecto negativo e pela hostilidade demonstrada pela mãe.

Por último e tal como evidenciado na literatura, as práticas adequadas correlacionam-se negativamente com os subtipos de agressividade e em particular quando se trata das práticas utilizadas pelos pais. Dar conselhos, ou elogiar, tem de facto, um efeito mais marcante na redução da agressividade dos jovens, como verificado em diversos estudos (e.g.,

Brookmeyer, Henrich & Schwab-Stone, 2005; Connell, Dishion, Yasui & Kavanagh, 2007; Ross & Fuertes, 2010; Yamauchi, 2010;).

Em suma, apesar de não se poderem generalizar os resultados encontrados no estudo empírico efectuado, importa salientar que existe práticas inadequadas e maltratantes parecem estar associadas a uma maior agressividade nos adolescentes, enquanto que práticas adequadas associam-se a uma menor agressividade nos mesmos, o que vai de encontro a um leque de pesquisas efectuadas nesta área: já Patterson e Reid (1973), nos seus estudos clássicos, por exemplo, verificaram que práticas mais positivas conduzem a níveis de agressividade mais reduzidos nos adolescentes.

Em termos de pesquisas futuras, consideramos que a diferença encontrada na agressividade dos jovens em função da sua área de residência (rural vs urbana) deve merecer mais atenção. Apesar de alguns estudos não terem encontrado qualquer associação entre a agressividade dos adolescentes e a área de residência (rural/urbana) consideram, no entanto que o facto destas não serem socialmente organizadas ou oferecem poucas oportunidades sociais tem influência nessa mesma agressividade (e.g. Osgood, Chambers, 2003). Vários autores referem ainda outros preditores da agressividade (e.g. Springer, Selwyn, & Kelder, 2006), nomeadamente a impulsividade, a pertença a famílias desorganizadas, o estatuto sócio-económico, o consumo de álcool e outras substâncias, a violência inter-parental, e a baixa escolaridade. Nesta linha, já Fontaine (1992) enfatizou o papel do estatuto sócio-económico, em detrimento da área de residência per se. Assim, em estudos futuros, mais do que analisar a área de residência em si mesma, deve-se ter em conta o conjunto de preditores mencionados. Para além desta ser uma questão com importantes implicações teóricas, a mesma também apresenta um papel importante em termos práticos, nomeadamente se pensarmos ao nível interventivo com adolescentes.

Consideramos igualmente pertinente, em estudos futuros, compreender como é que os adolescentes percebem a parentalidade dos pais, dando-lhes um papel mais activo neste processo, e mais concretamente averiguar em que medida os filhos adolescentes legitimam as práticas dos pais e qual o papel desta variável na agressividade.

Na sua generalidade espera-se, assim, que a realização deste trabalho possa permitir contribuir para uma melhor compreensão teórica em torno do papel que as práticas parentais apresentam no comportamento dos filhos, bem como na condução de intervenções fundamentadas junto do microssistema familiar e escolar, dado que muitas das intervenções com adolescentes são desenvolvidas na escola. Ainda, consideramos que os resultados do

presente estudo podem contribuir, também, para um melhor planeamento de projectos comunitários de prevenção e de acção que contemplem não só os adolescentes, mas também os pais, que visem contribuir para a promoção de práticas educativas parentais mais adequadas.

Referências

- Alarcão, M. (2002). Novas formas de família, novas formas de terapia? In A. Relvas & M. Alarcão (coords.). *Novas Formas de Família* (pp. 13-52). Coimbra: Quarteto.
- Alberto, I.M.M. (2006). *Maltrato e trauma na Infância*. Coimbra: Almedina;
- Almeida, L. & Freire, T. (2007). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga; Psiquilíbrios;
- Alvarenga, P. (2001). Práticas educativas parentais como forma de prevenção de problemas de comportamento. In H. J. Guilhardi (Org.), *Sobre Comportamento e Cognição* (pp.54-60). São Paulo: ESEtec;
- Anderson, C. A. & Bushman, B. J. (2001). Effects of violent videogames on aggressive behavior: A Meta-Analytic Review of the Scientific Literature. *Psychological Science*. Vol. 12, N<sup>o</sup>. 5;
- Anderson, C. A. & Bushman, B. J. (2002). Human Aggression. *Annual Review of Psychology*, 53, pp. 27-51.
- Anderson, C.A., & Dill, K.E. (2000). Video games and aggressive thoughts, feelings, and behavior in the laboratory and in life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 78, pp. 772–790.
- Bandura, A. (1973). *Aggression, a social learning analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall;
- Bandura, A. (1977). Self-Efficacy: Toward a Unifying Theory of Behavioral Change. *Psychological Review*, vol. 84, N<sup>o</sup>2, pp. 191-215;
- Bandura, A. (1983). Psychological mechanisms of aggression. In R. G. Geen & E. Donnerstein (Eds.), *Aggression: Theoretical and empirical reviews* (pp. 1-40). New York: Academic Press;
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy; Control*. New York: W.H. Freeman;
- Bandura, A., Ross, D. and Ross, S. (1961) Transmission of aggression through imitation of aggressive models. *Journal of Abnormal and Social Psychology*. 63. pp. 375-382;
- Baumrind, D. (1966). Effects of Authoritative Parental Control on Child Behavior, *Child Development*, 37(4), pp. 887-907;
- Baumrind, D. (1967). Child care practices anteceding three patterns of preschool behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75(1), pp. 43-88;
- Baumrind, D. (1971). Current patterns of parental authority. *Developmental Psychology Monographs*, v. 4, n. 1, p. 2;

- Baumrind, D. (1980). New directions in socialization research. *Psychological Bulletin*, 35, pp. 639-652;
- Baumrind, D. (1989). Rearing competent children. In W. Damon (Ed.), *Child development today and tomorrow* (pp. 349-378). San Francisco: Jossey-Bass;
- Barker, P. (1998). *Fundamentos da terapia familiar*. Lisboa: Climepsi;
- Belsky J. (2005). Social-contextual determinants of parenting. In: Tremblay RE, Barr RG, Peters RDeV, eds. *Encyclopedia on Early Childhood Development*. Montreal, Quebec: Centre of Excellence for Early Childhood Development; pp. 1-6;
- Bem, L.A. & Wagner, A. (2006). *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 11, nº 1, pp. 63-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v11n1/v11n1a08.pdf>
- Berenstein, I. (1988). *Família e Doença mental*. São Paulo: Editora Escuta;
- Berger, P. I. & Luckmann, T. (2004). *Modernidade, Pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes.
- Bernard-Peyron V. & Allès-Jardel., M. (2002). Pratiques Éducatives, attentes parentales e style de socialization des jeunes enfants. *La revue internationale de l'Éducation Familiale*, v. 6, n.2, pp. 5-31.
- Bertão, A. (2004). *Violência, agressividade e indisciplina em meio escolar: Perdidos em busca do amor*. *Psychologica*, 36, pp. 149-162;
- Bertalanffy, L. Von (1968). *General Systems Theory: Foundations, Development, Application*. Nova Iorque: Braziller;
- Biglan, A., Brennan, P.A., Foster, S.L. & Holder, H.D. (2005). *Helping adolescents at risk: Prevention of multiple problem behaviors*. New York: Guilford Press;
- Björkqvist, K. (1994). Sex differences in physical, verbal, and indirect aggression: A review of recent research. *Sex Roles*, 30(3/4), pp. 177-188;
- Black, M. M. & Krishnakumar, A. (1998). Children in Low Income, Urban Settings: Interventions to promote mental health and well being. *American Psychologist*, v. 53, n. 6, pp. 635-646;
- Bohoslavsky, R. (1977). *Orientação vocacional: a estratégia clínica*. Buenos Aires: Nueva Visión;
- Bouchard, J. M. (1988). De l'institution a la Communauté. Les Parents et les Professionnels: une relation que se construit. In P. Durning (Ed.), *Éducation Familiale: um panorama dès recherches internationales*. (pp. 157-184). Vigneux: Matrice;
- Brazelton, T. (2005). *Compreender a agressividade na criança*. Lisboa: Editorial Presença;

- Brandenburg, O.J. & Weber, L.N.D. (2005). *Programa de qualidade na interação familiar: manual para aplicadores*. Curitiba: Juruá;
- Brookmeyer, K.A., Henrich, C.C., & Schwab-Stone, M. (2005). Adolescents who witness community violence: Can parent support and prosocial cognitions protect them from committing violence? *Child Development, 76*, pp. 917-929;
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La ecología del desarrollo humano*. Barcelona, Paidós;
- Bronfenbrenner, U. (1989). Ecological systems theory. In Vasta, R. (Ed.) *Six Theories of Child Development: Revised Formulations and Current Issues. Vol. 6.* (pp. 187-251). Greenwich, Connecticut: JAI Press;
- Bronfenbrenner, U. (1999). Environments in developmental perspective: Theoretical and operational models. In B. L. Friedmann & T. D. Wachs (Orgs.), *Conceptualization and assessment of environment across the life span* (pp. 3-30). Washington, DC: American Psychological Association;
- Bronfenbrenner, U. (2002). Preparing a World for the Infant in the Twenty- First Century: The Research Challenge. In Gomes-Pedro, J., Nugent, J., Young, J., & Brazelton, B. (Eds.), *The Infant and Family in the Twenty-First Century*. New York: Brunner-Routledge;
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In: W. Damon (Series Ed.) & R. M. Lerner (Vol. Ed.). *Handbook of child psychology: v. 1. Theoretical models of human development, ed. 5* (pp. 993-1028). New York: John Wiley;
- Bruynooghee, R. (1988). O conceito de violência na família. *Infância e Juventude, (2)*, pp. 7-15;
- Buss A.H. (1961). *The Psychology of Aggression*. New York: Wiley;
- Buss, A. H. & Perry, M. (1992). The aggression questionnaire. *Journal of Personality and Social Psychology, v. 63*, pp. 452-459;
- Calheiros, M. M. (2006). *A construção do mau trato e negligência parental: do senso comum ao conhecimento científico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian;
- Calheiros, M.M., Santos, S.V. & Garrido, M. (2011). *Crianças em Risco e Perigo – Volume I*. Lisboa: Edições Silabo;
- Camacho, I. & Matos, M.G. (2007). Práticas parentais educativas, fobia social e rendimento académico em adolescentes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas, 3*, pp. 1-15;
- Carmo, J.S., Cunha, L.O. & Costa, E.C.P. (2009). Adolescência, adolescentes,

indivíduos que se comportam: uma leitura a partir de pressupostos analítico-comportamentais. In Wielenska, R.C. (org.) *Sobre Comportamento e Cognição: desafios, soluções e questionamentos*. Santo André: ESETec;

Carr, A. (Ed.) (2002). *Prevention: What Works with Children and Adolescents? A Critical Review of Psychological Prevention Programmes for Children, Adolescents and their Families*. East Sussex: Brunner-Routledge;

Castilho, T. (2003). *Família e Relacionamento de Gerações*. Conferência do Congresso Internacional Co-Educação de Gerações, São Paulo. Disponível em: <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/viewFile/8781/8347>

Carvalho, M.C.N. & Gomide, P.I.C. (2005). Práticas educativas parentais em famílias de adolescentes em conflito com a lei. *Estudos de Psicologia*, 22 (3), pp. 263 – 275;

Carvalhosa, S., Lima, L. & Matos, M. (2001). Bullying – A provocação/vitimação entre pares no contexto escolar português. *Análise Psicológica* (2001), 4 (XIX), pp.523-537;

Cecconello, A.M., De Antoni, C. & Koller, S.H. (2003). Práticas Educativas, Estilos Parentais e Abuso Físico no Contexto Familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, pp. 45-54;

Chadwick, D. L. (1999). The message. *Child Abuse; Neglect, New York*, v. 23, nº 10, pp. 957-961;

Chilamkurti, C., & Milner, J. S. (1993). Perceptions and evaluations of child transgressions and disciplinary techniques in high- and low-risk mothers and their children. *Child Development*, 64, pp. 31–44;

Clark, M. & Clark, J. (1989). *The encyclopaedia of child abuse*. New York: Facts on File;

Coimbra de Matos, A. (1986). O primeiro amor. *Psicologia*, 1 (V), pp. 39-43;

Colapinto, J. (1995). Dilution of family process in social services. *Family Process*, 34, pp. 59-74.

Connell, A. M. , Dishion, T. J., Yasui, M., & Kavanagh, K. (2007). An Adaptive Approach to Family Intervention: Linking Engagement in Family-Centered Intervention to Reductions in Adolescent Problem Behavior. *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 2007, Vol. 75, No. 4, pp. 568–579;

Cordeiro, J. C. D. (1988). *Os adolescentes por dentro*. Colecção Alter Ego Lisboa. Edições Salamanca;

Covell, K. & Howe, R.B. (2009). *Children, Families and Violence - Challenges for Children's Rights*. London: Jessica Kingsley Publishers;

Cox, M.J., Paley, B. & Harter, C. (2001). Interparental conflict and parent – child relationships. In J. H. Grych and F.D. Fincham (Eds.). *Interparental conflict and child development* (pp. 249-272). Cambridge: Cambridge Press;

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra: Quarteto;

Cunha, D. & Sani, A.I. (2010). *Práticas educativas parentais e violência conjugal sobre a mulher*. Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Texto disponível em: [http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiForense\\_15.pdf](http://www.actassnip2010.com/conteudos/actas/PsiForense_15.pdf)

Daggett, J; O'Brien, M.; Zanolli, K. & Peyton, V. (2000). Parent's Attitudes about Children: associations with parental life stories and child rearing quality. *Journal of Family Psychology*, v. 14, n. 2, pp. 187-199;

Daniels B, Featherstone B, Hooper B. & Scourfield J. (2005). Why gender matters for every child matters. *British Journal of Social Work*; 35(8), pp. 1343-1355;

Darling, N. & Steinberg, L. (1993). Parenting Style as Context: An Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113 (3), pp. 487-496;

Darwin, C. (1965). *The expression of the emotions in man and animals*. Chicago: University of Chicago Press (Original de 1872);

De Bruyn, E. H, Deković, M., & Meijnen, G. W. (2003). Parenting, academic motivation, classroom behavior, and school success in early adolescence. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 24, pp. 393-412;

Dell'Aglio, D.D., Koller, S.H. & Yunes, M.A.M. (2006). *Resiliência e Psicologia Positiva: Interfaces do Risco à Proteção*. São Paulo: Casa do Psicólogo;

Dias, C. A. (1988). *Para uma Psicanálise na Relação*. Porto. Edições Afrontamento;

Dias C. A. & Vicente, T. (1981). *A depressão no adolescente*. Porto. Edições Afrontamento;

Diaz-Aguado, M.J.(1996). *Programas de Educación para la Tolerancia y Prevención de la Violencia en los Jóvenes. Fundamentación Psicopedagógica, Vol.1*. Madrid: Ministério de Trabajo y Asuntos Sociales;

Dodge, K.A., Coie, J.D., & Lynam, D. (2006). Aggression and antisocial behavior in youth. In W. Damon (Series Ed.) & N. Eisenberg (Vol. Ed.), *Handbook of child psychology: Vol. 3. Social, emotional, and personality development* (pp. 719-788). New York: Wiley;

Dornbusch, S. M., Ritter, P. L., Leiderman, P. H. & Roberts, D. F. (1987). The relation of parenting style to adolescent performance. *Child Development*, 58(5), pp. 1244-1257;

Du Bois-Reymond, M.; Sunker, H.; & Kruger, H. (2001). *Childhood in Europe: approaches-trends-findings*. New York: Peter Lang;

Dubowitz, H., Black, M. Starr, R. e Zuravin, S (1993). A conceptual definition of child neglect. *Criminal Justice and Behavior*, vol. 20, n° 1, pp. 8-26;

Eisenberg, D., MacKillop, J., Meera, M., Beauchemin, J., Dang, D., Lisman, S.A., Lum,

K., & Wilson, D.S. (2007). Examining impulsivity as an endophenotype using a behavioral approach: a DRD2 TaqI A and DRD4 48-bp VNTR association study. *Behav. Brain Funct.*, 3: 2. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1781951/>

Elias, H., Yee, T.H. (2009). Relationship between Perceived Paternal and Maternal Parenting Styles and Student Academic Achievement in Selected Secondary Schools. *European Journal of Social Sciences – Volume 9, Number 2*;

Erikson, E. (1976) *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar;

Eron, L. D., Walder, L. O., & Lefkowitz, M. M. (1971). *Learning of aggression in children*. Boston: Little, Brown & Co.;

Farrington, D. (2001). The causes and prevention of violence. In J. Shepherd (Ed.) *Violence in Healthcare: Understanding, preventing and surviving Violence: a practical guide for health professionals* (pp. 1-27). Oxford: Oxford University Press;

Feinberg, M.E. (2003). Coparenting and the Transition to Parenthood: A Framework for Prevention. *Clinical Child and Family Psychology Review. Volume 5, Number 3*, pp. 173-195;

Feitosa, FB; Matos, MG; Del Prette, A. P. & Del Prette, A. (2005). Suporte social, nível socioeconômico e o ajustamento social e escolar de adolescentes portugueses. *Temas psicol. [online]. 2005, vol.13, n.2*, pp. 129-138;

Feldman, P. (1993). *The psychology of crime. A social science textbook*. Cambridge University Press;

Ferreira, M. de C. T., & Marturano, E. M. (2002). Ambiente familiar e os problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*(1), pp. 35-44;

Flores, R.Z. & Ajnhorn, F. (1997) Violência interpessoal: E agora doutor? *Revista Brasileira de Educação Médica, 21*, pp. 25-32 ;

Fontaine, A.M. (1990). Pratiques éducatives familiales et motivation pour la réussite d'adolescents en fonction du contexte social. In: Dansereau, S.; Terrisse, B.; Bouchard, J.-M. (Ed.). *Education familiale et intervention précoce*, (pp. 209-224). Montréal: Agence d'Arc;

Freud, S. (2003). La negación. In S. Freud, *Obras completas, Vol. 20* (pp. 83-161). Buenos Aires: Amorrortu;

Garbarino, J., & Ganzel, B. (2000). The Human Ecology of Early Risk. In *Shonkoff, J., & Meisels, S. (Eds.), Handbook of Early Childhood Intervention* (pp. 76-93). Cambridge: Cambridge University Press;

Gecas, V. (1979). The influence of social class on socialization. In: Burr, W.R.; Hill, R.; Nye, F.I.; Reiss, I.L. (Ed.). *Contemporary theories about the family*. New York: Free, v.1;

Giovannoni, J. M. & Becerra, R. M. (1979). *Defining Child Abuse*. New York: Free Press;

Goldstein, S. E., Davis-Kean, P. E., & Eccles, J. S. (2005). Parents, peers and problem behavior: A longitudinal investigation of the impact of relationship cognitions and characteristics on the development of problem behavior. *Developmental Psychology*, 41(2), pp. 401-13;

Gomide, P.I.C., Guimarães, A.M. (2003) *Efeitos das práticas educativas sobre o comportamento anti-social em crianças e adolescentes*. Relatório de pesquisa PIBIC/CNPq. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil;

Gonçalves, R.A. (2005). Maltratantes de crianças: punir, tratar ou controlar? *Infância e Juventude*, Nº 1, pp. 83-90;

Gonçalves, S. & Sani, A.I. (2006). Agressividade em crianças e jovens e exposição à violência interparental. In C.Machado, L.S. Almeida, M. Gonçalves & V. Ramalho (org.), *Actas XI Conferência Internacional de Avaliação Psicológica: formas e contextos* (pp. 365-376). Braga: Psiquilibrios;

Grisso, T. (1996). An interdisciplinary approach to understanding aggressive behaviour in children. In C.F. Ferris & T. Grisso (Orgs.), *Understanding aggressive behaviour in children* (pp. 1-7). Nova York: The New York Academy of Sciences.

Grusec, J.E., & Kuczynski, L. (1980). Directions of effect in socialization: A comparison of the parent's versus the child's behavior as determinants of disciplinary practices. *Developmental Psychology*, 16, pp. 1-9;

Gunn, J. (1996). Let's get serious about dangerousness. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 6, pp. 51-64;

Guttmanova K. (2005). Development of externalizing and internalizing behavior problems during middle childhood: risk and protective factors. *Dissertation Abstracts International*; 66, 2-B;

Hart, C. H., Nelson, D.A., Robinson, C. D., Olsen, S. F., & McNeilly-Choque, M. K. (1998). Overt and relational aggression in Russian nursery-school-age children: Parenting style and marital linkages. *Developmental Psychology*, 34, pp. 687-697;

Henderson, A. T., & Mapp, K. L. (2002). *A new wave of evidence: The impact of school, family, and community connections on student achievement*. Southwest Educational Development Laboratory: Austin, TX;

Henggeler, S. (1989). *Delinquency in adolescence*. New York: Sage Publications;

Hill, N.E., Bromell, L., Tyson, D.F., & Flint, R. (2007). Developmental commentary: Ecological perspectives on parental influences during early adolescence. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 36(3), pp. 367-377;

Hill, M.M. & Hill, A. (2005). *Investigação por questionário, 2ª edição*. Lisboa: Edições Sílabo;

- Hoff, E., Laursen, B. & Tardif, T. (2002). Socioeconomic Status and Parenting. In Bornstein, M. H. (Ed.). *Handbook of Parenting – Vol. 2: Biology and Ecology of Parenting*. (2nd Ed.). Pp. 231-252. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers;
- Ialongo, N., Poduska, J., Werthamer, L., & Kellam, S. (2001). The distal impact of two first-grade preventive interventions on conduct problems and disorder in early adolescence. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 9, pp. 146- 161;
- Kashani, J. H. & Allan, W. D. (1998). *The impact of family violence on children and adolescents*. Thousand Oaks: Sage;
- Jaffe, P. G., Wolfe, D. A. & Wilson, S. K. (1990). *Children of battered women*. USA: Sage Publications;
- Lamborn, S. D., Mounts, N. S., Steinberg, L., & Dornbusch, S. M. (1991) Patterns of competence and adjustment among adolescents from authoritative, authoritarian, indulgent, and neglectful families. *Child Development*, 62, pp.1049-1065;
- Larsen, D. (2007). Rural adolescent aggression and parental emotional support. *Adolescence*, Vol. 42, Issue 165, pp. 25-50;
- Lepistö, A.K.P., Joronen, K., Luukkaala, T. & Paavilainen, E. (2010). Adolescents' experiences of coping with domestic violence. *Journal of Advanced Nursing*, 66(6), 1232–1245;
- Lerner, R. & Galambos, N. (1998). *Adolescent Development: Challenges and Opportunities for Research, Programs, and Policies*. *Annual Review of Psychology*. Vol. 49, pp. 413-446;
- Linville, D., Chronister, K., Dishion, T., Todahl, J., Miller, J., Shaw, D., Gardner, F. & Wilson, M. (2010). A Longitudinal Analysis of Parenting Practices, Couple Satisfaction, and Child Behavior Problems. *Journal of Marital and Family Therapy*, 36: pp. 244–255;
- Lorenz, K. 1966. *On aggression*. New York: Harcourt, Brace & World;
- Luster, T. & Okagaki, L. (Eds.) (2005). *Parenting: An Ecological Perspective*, 2<sup>nd</sup> Edition. New Jersey: Lawrence Earlbaum Associates, Inc. Publishers;
- Maccoby, E. E. & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In E.M. Hetherington (Ed.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality, and social development* (Vol. 4, pp. 1-101). New York: Wiley;
- Machado, C., Gonçalves, M. & Matos, M. (2007). Práticas educativas parentais e violência: Um estudo na região Norte. *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção. Atelier: Famílias*. Disponível em: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR4628ce2013904\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628ce2013904_1.pdf);
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (Coords.). (2008). *Violência e vítimas de crimes (vol. II – Crianças, 3ª ed. revista e aumentada)*. Coimbra: Quarteto;
- Machado, C., Matos, M. & Gonçalves, M. (2008). *Manual da Escala de Crenças sobre*

*Punição Física (E.C.P.F.) e Inventário de Práticas Educativas Parentais (I.P.E.) (2ª Edição)*. Braga: Psiquilíbrios Edições;

Matos, M.G. (2008). Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola. In *Margarida Gaspar de Matos (Ed.)*, 1-505;

Manly, J. T., Cicchetti, D. & Barnett, D. (1994), The impact of subtype, frequency, chronicity, and severity of child maltreatment on social competence and behavior problems. *Development and Psychopathology*, 6, pp. 121-143.

Mann, C. (1996). Girls's talk: An adolescent perspective on personal relationships within the changing family. In M. Cusinato (Org.), *Research on family resources and needs across the world* (pp. 477-490). Milano: LED;

Marôco, J. (2007). *Análise estatística com utilização do SPSS, 3ª Edição*. Lisboa: Edições Sílabo;

Martins, M.J.D. (2005). Condutas agressivas na adolescência: Factores de risco e de protecção. *Análise Psicológica*, 2 (XXIII), pp. 129-135;

Mason, T. & Chandley, M. (1999). *Managing Violence and Aggression. A manual for nurses and health care workers*. Edinburgh: Churchill Livingstone;

Matos, M.G. (Ed.) (2008). *Comunicação, gestão de conflitos e saúde na escola*. Lisboa: CDI / FMH;

McFadyen-Ketchum, S.A., & Dodge, K.A. (1998). Problems in social relationships. In E.J. Mash & R.A. Barkley (Eds.), *Treatment of childhood disorders* (Second Ed., pp. 338-365). New York: Guilford;

McLoyd V. C. (1990). The Impact of Economic Hardship on Black Families and Children: psychological distress, parenting and socioemotional development. *Child Development*, 61, pp. 311-346;

Mead, M. (1951) *Adolescencia y cultura en Samoa*. Buenos Aires: Paidós;

Meneghel, S. N., Giugliani, E. J. & Falceto, O. (1996). Relações entre violência doméstica e agressividade na violência. *Cadernos de Saúde Pública, São Paulo*, v. 14, n. 2, pp. 327-335;

Milevsky, A., Schlechter, M., Netter, S., & Keehn, D. (2006). Maternal and paternal parenting styles in adolescents: Associations with self-esteem, depression, and life satisfaction. *Journal of Child and Family Studies*, 16, pp. 39-47;

Minayo, M.C.S. & Souza, E.R. (1997). Violência e saúde como um campo interdisciplinar de acção colectiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 4(3), pp. 513-531;

Ministério da Educação dos EUA (2005). *Helping Your Child through Early Adolescence*. Washington DC: Office of Communications and Outreach;

- Minuchin, P. (1990). A systems perspective on development. In R. Hinde & J. Stevenson-Hinde (Orgs.), *Relationships within families* (pp. 7-26). New York: Oxford University Press;
- Minuchin, P., Colapinto, J., & Minuchin, S. (1998). *Working with Families of the Poor*. New York;
- Moffitt, T., & Caspi, A., (2002). Como prevenir a continuidade intergeracional do comportamento anti-social. In Fonseca, A.C. (Org.), *Comportamento anti-social e família. Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina;
- Montandon, C. & Longchamp, P. (2003). *L'expérience de l'autonomie chez l'enfant: une question récurrente dans la socialisation de l'enfant*. Genève: Université de Genève;
- Moreira, A., Vilhena, J., Cruz, A.T., Novaes, J. (2009). Quem tem medo do lobo mau? Juventude, agressividade e violência. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, vol. 12, nº 4, pp. 677-697;
- Moretti, M.M. & Odgers, C.L. (2006). Preface: Sex Differences in the Functions and Precursors of Adolescent Aggression. *AGGRESSIVE BEHAVIOR*, Volume 32, pp. 373-375;
- Moretti MM, Odgers CL, Osbuth I, Reebye P. 2006. Exposure to maternal vs. paternal partner violence, PTSD, and aggression in adolescent girls and boys. *AGGRESSIVE BEHAVIOR*, Volume 32, pp. 385-395;
- Mrug, S. & Windle, M (2009). Moderators of negative peer influence on early adolescent externalizing behaviors: Individual behavior, parenting, and school connectedness. *Journal of Early Adolescence* , 29, pp. 518-540;
- Murray, K.W., Haynie, D., Howard, D., Cheng, T., & Simons-Morton, B. (2010). Perceptions of Parenting Practices as Predictors of Aggression in a Low-Income, Urban, Predominately African American Middle School Sample. *Journal of School Violence*, Volume 9, Issue 2 April, pp. 174-193. Disponível em: <http://www.informaworld.com/smpp/title~db=all~content=t792306918~tab=issueslist~branches=9 - v9>
- Muuss, R. (1976). *Teorias da adolescência*. Belo Horizonte: Interlivros;
- Newman, K., Harrison, L., Dashiff, C., & Davies, S. (2008). Relationships between parenting styles and risk behaviors in adolescent health: an integrative literature review. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*; 16(1), pp. 142-50;
- O'Connell, M.E., Boat, T. & Warner, K.E. (Eds.) (2009). *Preventing mental, emotional, and behavioral disorders among young people: Progress and Possibilities*. National Research Council. Disponível em: <http://www.nap.edu/catalog/12480.html>;
- O'Connell, B., Young, J., Brooks, J., Hutchings, J. & Lofthouse, J. (2000) Nurses' perceptions of the nature and frequency of aggression in general ward settings and high dependency areas. *Journal of Clinical Nursing*, 9 (4), pp. 602-610;

- Oldehinkel, A.J., Veenstra, R., Ormel, J., de Winter, A.F. & Verhulst, F.C. (2006). Temperament, parenting and depressive symptoms in a population sample of preadolescents. *Journal of Child Psychology and Psychiatry* 2006; 47(7), pp. 684- 695;
- Olson, D. H.; Russell, C.; and Sprenkle, D., eds. (1989). *Circumplex Model: Systemic Assessment and Treatment of Families*, 2nd edition. New York: Haworth;
- Ornelas, J. (2008). *Psicologia Comunitária*. Lisboa: Fim de Século Edições;
- Osgood, D. Wayne; Chambers, Jeff M. (2003). *Community Correlates of Rural Youth Violence*; Juvenile Justice Bulletin, U.S. Department of Justice;
- Pacheco, J., Silveira, M. & Schneider, A. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: análise da relação desses construtos sob a perspectiva dos adolescentes. *Psico*, v. 39, n. 1, pp. 66-73;
- Pachet, P. (2002). Imerso-submerso. In C. Danziger, *Violência das Famílias. Mal de Amor*. Lisboa: Climepsi Editores;
- Paludo, S. S., & Koller, S. H. (2007). Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões. *Paidéia*, 17(36), pp. 9-20;
- Parker, J. G., & Asher, S. R. (1987). Peer relations and later personal adjustment: Are low-accepted children at risk? *Psychological Bulletin*, 102, pp. 357-389;
- Patterson, GR (1982). *Coercive Family Process* (Social Interactional Approach). Eugene, OR: Castalia Publishing Co;
- Patterson, GR, Chamberlain, P. & Reid, JB (1982). A comparative evaluation of a parent-training program. *Behavior Therapy Volume 13, Issue 5*, November 1982, pp. 638-650;
- Patterson G.R. & Fleischman, MJ (1979). Maintenance of treatment effects: Some considerations concerning family systems and follow-up data. *Behavior Therapy Volume 10, Issue 2, March 1979*, pp. 168-185;
- Patterson GR & Loeber, MS (1984). The Correlation of Family Management Practices and Delinquency. *Child Development, Vol. 55, No. 4*, pp. 1299-1307;
- Patterson, GR, & Reid, JB (1973). Intervention for families of aggressive boys: A replication study. *Behaviour Research and Therapy Volume 11, Issue 4, November 1973*, pp. 383-394;
- Pavarino, M. G., Del Prette, A., & Del Prette, Z. A. P. (2005) Agressividade e empatia na infância: Um estudo correlacional com crianças pré-escolares. *Interação em Psicologia*, 9(2), pp. 217-227;
- Pereira, P.M. & Santos, S.V. (2011). Conceptualização de situações de mau trato – Da Lei de Protecção à Avaliação Psicossocial. In Calheiros, M.M., Santos, S.V. & Garrido, M. (2011). *Crianças em Risco e Perigo – Volume 1* (pp. 15-32). Lisboa: Edições Silabo;
- Pesce, R.P., Assis, S.G., Santos, N.C. & Carvalhaes, R. (2004). Risco e proteção: Em

busca de um equilíbrio promotor de resiliência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20 (2), pp. 135-143;

Piko, B. (2001). Gender differences and similarities in adolescents' ways of coping. *Psychological Record*, 51(2), pp. 223-235;

Prelow, H.M., Bowman, M.A., Weaver, S.R., & Scott, R. (2007). Predictors of psychosocial well-being in urban African American and European American youth: The role of ecological factors. *Journal of Youth & Adolescence*, 36(4), pp. 543-553;

Quivy, R., & Campenhoudt L. V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações;

Ramirez, F.C. (2001). *Condutas agressivas na idade escolar*. Amadora: McGraw Hill;

Rapoport, R.; Rapoport, R.N. & Strellitz, Z. (1976). *Fathers, mothers and others*. London: Routledge and Kegan Paul;

Rego, J.C. (2005). *A agressividade em crianças e jovens vítimas de maus-tratos*. Monografia em Psicologia Clínica apresentada à Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal;

Rego, J.C. & Sani, A.I. (2007). *A Agressividade em crianças e jovens vítimas de maus-tratos*. Disponível em:  
<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/congreso/VIIIcongreso/pdfs/3.pdf>;

Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva sistémica*. Porto: Afrontamento;

Ribeiro, T. & Castro, P. (2011). Práticas Parentais de Mães Negligentes. In Calheiros, M.M., Santos, S.V. & Garrido, M. (2011). *Crianças em Risco e Perigo – Volume 1* (pp. 99-126). Lisboa: Edições Silabo;

Richardson, J. & Joughin, C. (2002). *Parent-Training Programmes for the Management of Young Children with Conduct Disorders: Findings from research*. London: Royal College of Psychiatrists;

Roelofs, J., Meesters, C., ter Huurne, M., Bamelis, L., & Muris, P. (2006). On the links between attachment style, parental rearing behaviors, and internalizing and externalizing problems in non-clinical children. *Journal of Child and Family Studies*; 15(3), pp. 319-332;

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L., & Jablonski, B. (1999). *Psicologia social*. Petrópolis: Vozes

Rose, S. & Meezan, W. (1993). Defining Child Neglect: Evolution, Influences, and Issues. *Social Service Review*, June, pp. 279-293;

Ross, J., Fuertes, J. (2010). Parental Attachment, Interparental Conflict, and Young Adults' Emotional Adjustment. *Counseling Psychologist*, vol. 38, nº8, pp. 1050-1077;

- Sale, E., Sambrano, S., Springer, J.S., Peña, C., Pan, W. & Kasim, R. (2005). Family protection and prevention of alcohol use among Hispanic youth at high risk. *American Journal of Community*, 36 (3/4), pp. 195 – 205;
- Salvo, Silveira & Toni (2005). Práticas educativas como forma de predição de problemas de comportamento e competência social. *Estudos de Psicologia I Campinas I 22(2)* pp. 187-195;
- Sani, A.I. (2004). *As crenças, o discurso e a acção: as construções de crianças expostas à violência interparental*. Tese de Doutorado em Psicologia. Coleção BUM – Teses de Doutorado. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/6958>
- Sani, A.I. (2007). As crenças das crianças sobre violência e as percepções sobre os conflitos interparentais. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Fernando Pessoa*, 4, pp. 198-208;
- Sarti, C.A. (2005). Deixarás pai e mãe: Notas sobre Lévi-Strauss e a família. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, ano 9, volume 16(1), pp. 31-52;
- Seidl de Moura, M. L. (Ed.) (2004). *O bebê do século XXI e a psicologia em desenvolvimento*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo;
- Segalen, M. (2000). *Sociologie de la famille*, Paris: Armand Colin;
- Simões, A. (1993). São os Homens mais agressivos que as Mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXVII, n°3, pp. 387-404;
- Simões, M. (2007). *Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas – Comportamentos de Risco na Adolescência*. Fundação Calouste Gulbenkian;
- Simons-Morton, B.G., Hartos, J.L., & Haynie, D.L. (2004). Prospective Analysis of Peer and Parent Influences on Minor Aggression among Early Adolescents *Health Education & Behavior*, Vol. 31 (1), pp. 22-33;
- Simons, L.G. & Conger, R.D. (2007) Linking mother-father differences in parenting to a typology of family parenting styles and adolescent outcomes. *J Fam Issues*; 28, pp. 212-41;
- Simons, D.A., Wurtele, S.K. (2010). Relationships between Parents' Use of Corporal Punishment and Their Children's Endorsement of Spanking and Hitting Other Children. *Child Abuse & Neglect: The International Journal*, vol. 34 n° 9, pp. 639-646;
- Simons, R., Whitbeck, L. B., Conger, R. D. & Chyi-In, W. (1991). Intergenerational transmission of harsh parenting. *Developmental Psychology*, 27(1), pp. 159-171;
- Skuse, D. & Bentovim, A. (1994). Physical and emotional maltreatment. In: *Rutter, M.; Taylor, E. & Hersov, L. (Eds.). Child and adolescent psychiatry: modern approaches (pp. 209-229)*. Oxford: Blackwell Sciences;
- Smith, P.K. & Sharp, S. (Eds.) (1995). *Tackling bullying in your School*. London: Routledge;
- Sousa, L., Hespanha, P., Rodrigues, S., & Grilo, P. (2007). *Famílias Pobres: Desafios à*

*intervenção*. Lisboa: Climepsi;

Springer, Andrew E. , Selwyn, Bj, & Kelder, Steven H. (2006). *A descriptive study of youth risk behavior in urban and rural secondary school students in El Salvador*. The University of Texas Health Science Center at Houston, Texas, USA: BMC International Health and Human Rights;

Sprinthall, N. & Collins, A.W. (1994). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentalista*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian;

Stevenson, O. (2008). *Neglected Children and their Families*. Oxford: Blackwell Publishing;

Stoolmiller, M., Eddy, J. M., & Reid, J. B. (2000). Detecting and describing preventive intervention effects in universal school-based randomized trials targeting delinquent and violent behaviours. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 68, pp. 296-306;

Tedeschi, J.T. & Felson, R.B. (1994). *Violence, Aggression, and Coercive Actions*. Washington, DC: American Psychological Association;

Vethencourt, J.L. (1990). Psicologia da violência. *Gaceta APUCV*, 62, 5-10. Citado em: Minayo, M.C.S. & Souza, E.R. (1997). Violência e saúde como um campo interdisciplinar de acção colectiva. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 4(3), pp. 513-531;

Vondra, J., & Belsky, J. (1993). Developmental Origins of Parenting: Personality and Relationship Factors. In T. Luster & L. Okagaki (Eds.), *Parenting: an Ecological Perspective* (pp. 1-34). Hillsdale, NJ: Erlbaum;

Wagner, A., Predebon, J., Mossmann, C. & Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21(2), pp. 181-186;

Walsh, A. (1990). Illegitimacy, child abuse and neglect, and cognitive development. *The Journal of Genetic Psychology*, 151(3), pp. 279-285;

Weber, L., Prado, P., Viezzer, A., Brandenburg, O. (2004). Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(3), pp.323-331;

Weber, L. N. D., Selig, G. A., Bernardi, M. G., & Salvador, A. P. V. (2006). Continuidade dos estilos parentais através das gerações: Transmissão intergeracional de estilos parentais. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 16, pp. 407-414;

Weiner, I. (1995). *Perturbações Psicológicas na Adolescência*. Lisboa: Fundação C. Gulbenkian;

Weinberg, R. S. & Gould, D. (1999). *Foundations of sport and exercise psychology* (2nd ed.). USA: Human Kinetics;

Weinfield, N., Sroufe, L. A., & Egeland, B. (2000). Attachment from infancy to early

adulthood in a high risk sample: Continuity, discontinuity and their correlates. *Child Development*, 71, pp. 695–702;

Wiesner, M., & Silbereisen, R.K. (2003). Trajectories of delinquent behavior in adolescence and their covariates: Relations with initial and time-averaged factors. *Journal of Adolescence*, 26, pp. 753-771;

Wiltz, N. A.; Patterson, G. R. An evaluation of parent training procedures designed to alter inappropriate aggressive behavior of boys. *Behavior Therapy*, Vol 5(2), Mar 1974, pp. 215-221;

Winsler, A., Madigan, A.L., Aquilino, S.A. (2005). Correspondence between maternal and paternal parenting styles in early childhood. *Early Childhood Research Quarterly* 20 (2005), pp.1–12;

Wolfe, D.A. (1987). *Child abuse: implications for child development and psychopathology*. London: Sage Publications

Yamauchi, C. (2010). Parental Investment in Children: Differential Pathways of Parental Education and Mental Health. *Economic Record*, 86: pp. 210–226;

Youngblade, M.L., Theokas, C., Schulenberg, J., Curry, L., Huang, I-Chan & Novak, M. (2007). Risk and Promotive Factors in Families, Schools, and Communities: A Contextual Model of Positive Youth Development in Adolescence. *Pediatrics*, 119; pp.47-53.

Anexos

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO  
(ADOLESCENTES)

Eu, Carla Cristina de Jesus Magalhães Pinto, aluna do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), estou a realizar um estudo acerca das “*Práticas Educativas Parentais e a Agressividade nos Adolescentes: que relação?*”, com vista à conclusão da minha Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores. A tese está a ser desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Joana Alexandre.

Para este efeito, gostaria de contar com a tua colaboração para este estudo, comprometendo-me desde já a respeitar as tuas opiniões. Trata-se de um estudo para fins científicos, para o qual te peço que preenchas um questionário de perguntas fechadas, relativo a agressividade (“Agression Questionnaire” – Questionário de agressividade).

Não te preocupes com as respostas que vais dar, uma vez que:

- Não existem respostas certas ou erradas;
- As respostas são confidenciais e sigilosas, ou seja, todos os dados fornecidos serão tratados exclusivamente pela responsável do estudo;
- Peço que respondas com sinceridade a este questionário.

Agradeço desde já, a tua disponibilidade para o preenchimento do questionário.

---

(Carla Pinto, autora do projecto de investigação)

Declaro que: tenho o direito de decidir livremente aceitar ou recusar a todo o tempo a minha participação no estudo; foi-me dado todo o tempo de que necessitei para reflectir sobre esta proposta de participação. Nestas circunstâncias, decido livremente aceitar participar neste projecto de investigação, tal como me foi apresentado.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011

Assinatura do(a) participante:

---

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO  
(MÃE)

Eu, Carla Cristina de Jesus Magalhães Pinto, aluna do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), estou a realizar um estudo acerca das “*Práticas Educativas Parentais e a Agressividade nos Adolescentes: que relação?*”, com vista à conclusão da minha Dissertação de Mestrado em Psicologia Comunitária e Protecção de Menores. A tese está a ser desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora Joana Alexandre.

Para este efeito, gostaria de contar com a sua colaboração para este estudo, comprometendo-me desde já a respeitar as suas opiniões. Trata-se de um estudo para fins científicos, para o qual lhe peço que preencha um questionário de perguntas fechadas, relativo a agressividade (“Agression Questionnaire” – Questionário de agressividade).

Não se preocupe com as respostas que vai dar, uma vez que:

- Não existem respostas certas ou erradas;
- As respostas são confidenciais e sigilosas, ou seja, todos os dados fornecidos serão tratados exclusivamente pela responsável do estudo;
- Peço que responda com sinceridade a este questionário.

Agradeço desde já, a sua disponibilidade para o preenchimento do questionário.

---

(Carla Pinto, autora do projecto de investigação)

Declaro que: tenho o direito de decidir livremente aceitar ou recusar a todo o tempo a minha participação no estudo; foi-me dado todo o tempo de que necessitei para reflectir sobre esta proposta de participação. Nestas circunstâncias, decido livremente aceitar participar neste projecto de investigação, tal como me foi apresentado.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011

Assinatura da participante:

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO  
(RESPONSÁVEL LEGAL PELO MENOR)

Eu, \_\_\_\_\_,  
responsável pelo(a) menor \_\_\_\_\_, declaro  
que fui informado (a) sobre todos os procedimentos de pesquisa em questão e que recebi, de  
forma clara e objectiva, todas as questões pertinentes acerca do estudo “*Práticas Educativas  
Parentais e a Agressividade nos Adolescentes: que relação?*”.

Asseguro ainda que, fui informado(a) de que tenho o direito de não aceitar que o(a)  
menor supracitado(a) participe da investigação em questão, e caso o permita, que todos os  
dados identificatórios serão sigilosos e confidenciais.

Assim, consinto que o(a) menor a meu cargo participe no estudo.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2011

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do(a) responsável pelo(a) menor)